

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**ANGÉLICA LISBOA DE OLIVEIRA**

**Direito à Palavra: implantação da política pública de Educomunicação na  
Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT)**

**São Leopoldo**

**2023**

ANGÉLICA LISBOA DE OLIVEIRA

**Direito à Palavra: implantação da política pública de Educomunicação na  
Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT)**

Dissertação apresentada como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos – UNISINOS

**Orientadora: Profa.Dra Marilia Verissimo Veronese  
Co- orientadora:Profa.Dra.Juliane Sant`Ana Bento**

**São Leopoldo  
2023**

O48d

Oliveira, Angélica Lisboa de.

Direito à palavra : implantação da política pública de educomunicação na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) / Angélica Lisboa de Oliveira. – 2023.

95 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

“Orientadora: Profa. Dra Marília Verissimo Veronese

Co-orientadora: Profa. Dra. Juliane Sant`Ana Bento.”

1. Educação. 2. Comunicação. 3. Educomunicação.  
4. Políticas públicas. I. Título.

CDU 371.26

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

ANGÉLICA LISBOA DE OLIVEIRA

**Direito à Palavra: implantação da política pública de Educomunicação  
na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT)**

Dissertação apresentada como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciências Sociais, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence.

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence.

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence.

---

A minha dedicatória de todo o meu coração é para as pessoas que passaram e que estão em minha vida. Cada uma delas com as suas características me ajudaram a construir a pessoa que hoje sou.

## **AGRADECIMENTO**

Gratidão a Deus por permitir-me ter concluído esse projeto de estudo.

Gratidão a minha família e amigos pelo apoio e pelo incentivo nessa linda caminhada.

Gratidão ao professor Ismar de Oliveira Soares e a professora Marília Verissimo Veronese que estiveram na orientação desse trabalho na banca de qualificação.

Gratidão a minha orientadora Juliane Bento que durante todo esse percurso foi muito mais que uma orientadora. Com a sua amizade e com seu zelo por mim, não permitiu que por vezes o desânimo me abatesse e a desistência afastasse-me do propósito do mestrado.

Gratidão a minha orientadora Marília Verissimo Veronese, que com muita generosidade, acompanhou-me no finalizar dessa caminhada dissertativa.

Gratidão...

A textura dialógica se encontra tanto na textura do símbolo como na constituição da subjetividade: o “eu” só se torna real na reciprocidade da interlocução. Dialogar é arriscar uma palavra ao encontro não de uma ressonância, de si mesma, mas sim de outra palavra, da resposta de um outro. Daí que para fazer uma pergunta necessito assumir um pronome (eu) ao qual responde um outro (tu) e conformar sobre uma base de pronomes pessoais que formam a textura da intersubjetividade. Dialogar é descobrir, na trama de nosso próprio ser, a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma inserção coletiva, comunitária, no mundo. A palavra não é um mundo a parte da práxis do homem/mulher: ‘a justiça é direito a palavra’, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar de nós. (BARBERO, 2014).

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Ciências Sociais tratou de investigar a implementação de uma política de educomunicação na rede escolar do estado do Mato Grosso. A questão empírica serviu para aquilatar as condições de possibilidade de uma educação mais humanizada, a ser efetivada pelos propósitos da educomunicação. Compreende-se a educomunicação na interface da educação com a comunicação, como o diálogo necessário entre as tecnologias digitais, a produção de conhecimento e de informação e o fortalecimento das relações sociais. Investigou-se as potencialidades da educomunicação quando localmente institucionalizada como uma política pública educacional. Refletiu-se sobre o papel da educação na formação de cidadãos participativos e conscientes de sua responsabilidade como agentes de transformação social, habilitados ao combate à desinformação e capazes de ler criticamente os meios de comunicação. Realizou-se revisão bibliográfica acerca do tema central, da educação e das políticas públicas, o que permitiu apresentar conceitos em seus contextos de produção. A estratégia metodológica consistiu em entrevistas e questionários para acessar as condições de emergência e implementação da lei, analisadas por meio das representações em torno do tema por parte dos professores da rede básica de educação do Estado do Mato Grosso. Por fim, concluiu-se que as práticas educacionais têm o seu poder mobilizador fortalecido pelo potencial da educomunicação e toda a história que a constituiu. Institucionalizá-la através de uma Lei legitima o debate público e a potencializa como política pública educacional no ensino formal, de modo que os/as professores/asse apropriem das práticas educacionais não mais como mero recurso instrumental, mas compreendendo a riqueza que existe nessa interface da educação e da comunicação. Conclui-se que é preciso seguir educando para que as conquistas e o acúmulo desse conhecimento no decorrer da sua institucionalização não se percam.

**Palavras-chave:** Educação. Comunicação. Educomunicação. Políticas Públicas.



## **ABSTRACT**

This Master's thesis in Social Sciences investigated the implementation of an education communication policy in the public school system in the state of Mato Grosso, Brazil. The empirical question served to assess the conditions of possibility in favor of a more humanized education, to be carried out for the purposes of education communication. Education communication is understood in the interface between education and communication, as a necessary dialogue between digital technologies, the production of knowledge and information and the strengthening of interpersonal relationships. It investigated the potential of education communication when locally institutionalized as a public educational policy. The research also reflected on the role of education in the formation of participatory citizens who are aware of their responsibility as agents of social transformation, capable of combating disinformation and capable of critically reading the media. A bibliographic review was carried out on the central theme, education and public policies, which allowed the presentation of concepts in their production contexts. The methodological strategy consisted of interviews and questionnaires to assess the emergency conditions and implementation of the law, analyzed through representations of teachers of the basic education system in the State of Mato Grosso. It was concluded that education communication practices have their mobilizing power strengthened by the potential of education communication and the entire history that constituted it. Institutionalizing it through a Law, legitimizes the public debate and empowers it as an educational public policy in formal education, so that teachers take ownership of education communication practices no longer as a mere instrumental resource, but understanding its wealth. It is necessary to continue educating so that the achievements and the accumulation of knowledge during its institutionalization are not wasted.

**Keywords:** Education. Communication. Education communication. Public policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Ocupação na estrutura escolar.....	72
Gráfico 2: Tempo na função.....	72
Gráfico 3: Área de formação. ....	73
Gráfico 4: Nível de ensino que atua. ....	73
Gráfico 5: Mídias e ferramentas de comunicação utilizadas em sala de aula. ....	74
Gráfico 6: Mídias e ferramentas de comunicação de uso incentivado pela escola. ..	74
Gráfico 7: Frequência de uso das ferramentas na prática pedagógica. ....	75
Gráfico 8: Opinião sobre a valorização da BNCC sobre o uso das mídias e ferramentas de comunicação. ....	76
Gráfico 9: Valorização pelos pais e responsáveis sobre o uso das mídias e ferramentas de comunicação no ambiente escolar. ....	77

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplos de uso das ferramentas nas práticas pedagógicas.....	75
Quadro 2: Percepção dos docentes sobre limites e problemas das ferramentas.....	75
Quadro 3: Compreensões dos docentes sobre a educomunicação. ....	76

## LISTA DE SIGLAS

CBELA	Centro Brasileiro de Estudos de Comunicação Latino-Americano.
CCA	Departamento de Comunicação e Artes.
ECA	Escola de Comunicação e Artes
FAPESP	Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo.
FUSP	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.
MEC	Ministério de Educação
MT	Mato Grosso
NCE	Núcleo de Comunicação e Educação
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação. (MT)
SEED	Secretaria de Educação à distância
SEMT	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (SEDUC/MT) .....	21
<b>CAPÍTULO 1-</b> EDUCOMUNICAÇÃO: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO DE UMA ABORDAGEM NA INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	25
<b>CAPÍTULO 2-</b> TRAJETÓRIA DE UMA IMPLEMENTAÇÃO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	35
<b>CAPÍTULO 3-</b> CICLO DA POLÍTICA DE EDUCOMUNICAÇÃO: O CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS E AS CONTINGÊNCIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO....	51
<b>CAPÍTULO 4-</b> DESENHO, TÉCNICAS E CONDIÇÕES DA PESQUISA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO EM MATO GROSSO .....	56
<b>CAPÍTULO 5-</b> GÊNESE DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO, HISTÓRIA DE VIDA POLÍTICA.....	60
<b>CAPÍTULO 6-</b> PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	71
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	78
<b>8- REFERÊNCIAS</b> .....	86
<b>9. ANEXO A-</b> DOCUMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA ESTADUAL DE MATO GROSSO (SEDUC/MT).....	90

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objeto de pesquisa a Educomunicação, mais especificamente a sua implementação como política pública numa escola no estado do Mato Grosso-MT. O tema é apresentado, inicialmente, por meio de revisão bibliográfica, no intuito de demonstrar suas potencialidades como política pública de educação. Na sequência, é feito um estudo de caso sobre sua implantação na rede pública do Mato Grosso. Partindo do reconhecimento da importância da política de educomunicação para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, esta pesquisa se situa no escopo da Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, intitulada Atores sociais, Políticas Públicas e Cidadania e se relaciona estreitamente às motivações pessoais e profissionais da autora, conforme adiante se discorrerá.

O objetivo desta dissertação é analisar a Educomunicação, na interface da educação com a comunicação, enquanto uma política pública implementada na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC). A política foi institucionalizada por lei em 10 de junho de 2008, quando foi sancionada e publicada no diário oficial do Estado de Mato Grosso sob registro como Lei Estadual nº 8.889/08, cujo projeto teve autoria do deputado estadual Alexandre César (PT). A pergunta de pesquisa que orientou esse estudo foi: como se configura o impacto da Lei nas práticas educacionais do âmbito formal de ensino, em relação ao seu processo de institucionalização e desinstitucionalização, na rede estadual de educação do Estado de Mato Grosso?

Para buscar possíveis respostas, apresentam-se os resultados de sondagem aplicada junto a professores da rede estadual em atividade docente em Cuiabá e de entrevista realizada com o autor da lei que assegurou a educomunicação nas escolas do estado. Isso nos forneceu evidências que permitem problematizar o processo de institucionalização e subsequente desinstitucionalização da iniciativa, no sentido de apontar questionamentos e eventuais inconsistências.

Quanto à contribuição ao campo das ciências sociais, a originalidade da proposta consiste em apresentar a fundamentação teórica voltada para a interface entre a educação e a comunicação, na medida em que se relaciona com o contexto empírico da política pública educacional mato-grossense. Assim, proporciona maior

compreensão sobre uma experiência concreta de sensibilização, inclusão na agenda pública, implementação e avaliação da política de educomunicação, levando em conta as suas condições reais de desenvolvimento.

A educomunicação é a inter-relação entre comunicação e educação na maneira de pensar o saber, a cidadania, a escola e a educação, que busca trabalhar a educação formal, informal e não formal no interior dos ecossistemas comunicativos, em tempos marcados por hegemonias da comunicação corporativa. A educomunicação é uma oportunidade para o educando ampliar os sentidos da sua aprendizagem, expressando os anseios e opiniões sobre a realidade que o cerca, com isso conquistando vez e voz. O conceito agrega visão diferencial, propondo que professores e alunos passem a ser gestores de sua comunicação, expandindo o “coeficiente comunicativo” no âmbito da comunidade escolar. Por isso, trata-se de um caminho de renovação das práticas sociais que objetiva ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude.

Este envolvimento os leva a uma escolha em assumir as suas responsabilidades na construção de um mundo mais intensamente comunicado, contribuindo para que os meios de informação estejam a serviço da edificação de uma sociedade mais humana, pacífica, solidária, do bem comum e da prática da cidadania, tornando-se assim de consumidores passivos a leitores atentos e observadores críticos dos meios de comunicação, capazes de criar as próprias mensagens e conteúdos.

Na relação indivíduo-cultura-sociedade, precisamos refletir sobre a perspectiva da cidadania: o compromisso com a formação de indivíduos pensantes resulta em uma sociedade de cidadãos ativos, os quais se mobilizam por meio de participação comunicativa e dialógica, aprimorando, assim, as relações políticas e sociais. A proposta da educomunicação é de interrelacionar a educação e a comunicação, com um olhar voltado para projetos que vislumbrem a formação de educandos participativos e conscientes da sua realidade e o seu papel como agentes de transformação social.

Trata-se de uma construção voltada para a dialogicidade educacional, oferecendo assim ao sujeito condições de ler criticamente os meios de comunicação de forma a construir a sua cidadania, apropriando-se da linguagem produzida pela

sociedade contemporânea e do domínio de novas formas de se comunicar, tendo um olhar voltado para a nova cultura midiática. É nessa perspectiva que vislumbramos uma educação voltada para a formação de sujeitos conscientes, e reconhecemos a importância do diálogo que deve existir entre escola, família, sociedade e a comunicação.

Esta compreensão exalta a complexidade do ser humano e a diversidade dos saberes sociais, que devem estar integrados ao ensino para que proporcionem à sociedade transformar-se de forma a projetar-se, a construir um futuro viável, num equilíbrio entre os valores do ser individual e social. Assim sendo, pensar a educomunicação é voltar o olhar para muito mais além do uso das tecnologias, é instigar-se a utilizá-las como um instrumento através do qual a linguagem comunicativa deve ser anunciada. Diante da realidade mundial hiperconectada na qual vivemos, fica perceptível o quanto as tecnologias digitais são indispensáveis à veiculação de informação, à produção de conhecimento, ao desenvolvimento das ciências e das relações interpessoais. Do mesmo modo, assim como discutem Costa e Romanini (2019), fica perceptível também o quanto a comunicação mal direcionada, mal lida e mal interpretada pode ser instrumento de desinformação e alienação.

Conforme Soares (2011),

A educomunicação não diz respeito imediata ou especificamente à educação formal nem é sinônimo de “Tecnologias da Educação” (TE), ou mesmo de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). No entanto, a escola se apresenta como um espaço privilegiado de aprendizagem a respeito dos benefícios da adoção desse conceito. Com relação às tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos (SOARES, 2011, p.18).

A dissertação insere-se na Linha de Pesquisa 2do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, intitulada Atores sociais, Políticas Públicas e Cidadania, por esta propor-se a estudar as relações entre o Estado e a Sociedade, abrangendo a formulação de agendas públicas voltadas para a universalização da cidadania e o enfrentamento das desigualdades nos planos dos direitos coletivos e individuais e do acesso aos serviços. Neste contexto, a dissertação se propôs a refletir, em termos de princípios, sobre a valorização de uma educação mais humanizada, efetivada pela interface entre educação e



comunicação. Ou seja, adota por compromisso a oferta ao educando de uma formação reflexiva, com o olhar voltado para a sua realidade, de forma consciente, participativa e democrática. Ao mesmo tempo, propôs-se a investigar no espaço regional analisado a substituição do termo educomunicação por outros, ainda que na prática tenham-se mantido algumas das práticas educacionais. Também por isso, faz-se esse elo com a linha de pesquisa 2, por esta também se propor a examinar reformas institucionais recentes, que afetam o formato e a eficácia dos serviços públicos e a garantia dos direitos.

Soares (2011) contextualiza que a partir da década de 1980 a palavra educomunicação já foi referendada por muitos gestores culturais e pela UNESCO, como uma prática genericamente definida na Europa como *media education* (educação para a recepção crítica dos meios de comunicação).

A educação para a recepção dos produtos midiáticos é uma prática internacionalmente reconhecida sob a denominação de *media education* (*media literacy*, nos Estados Unidos, e *educación em medios*, na Espanha). Nos países de fala espanhola da América Latina, usava-se na década de 1980, a expressão *educación para la comunicación*. No Brasil, a experiência com maior repercussão, no mesmo período, foi o Projeto Leitura Crítica da Comunicação (LCC), desenvolvido pela União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), contando com a colaboração de pesquisadores da ECA-USP e do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo. Era adotada a metodologia dos cursos de pequena duração (entre 16 e 24 horas), sendo desenvolvidos no final de semana, num total médio de 60 ações por ano. Inicialmente, os cursos foram marcados ideologicamente pela denúncia, inspirados pela Escola de Frankfurt.

A partir de 1984, o projeto passou a adotar uma perspectiva dialética, de influência freiriana, momento em que a leitura construída com os cursistas já não se voltava precipuamente para a produção da mídia, mas, sobretudo, para a relação que as pessoas estabeleciam com os meios de informação. Manuais usados pelo projeto, editado pelo Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPAC), da Editora Paulinas, alcançaram boas tiragens, dentre os quais *Para uma Leitura Crítica da TV* (de João Luiz Van Tilburg), e dois outros: *Para uma leitura crítica da publicidade* e *Para uma leitura crítica dos jornais* (ambos de autoria de Ismar de Oliveira Soares). Notabilizaram-se pela contribuição oferecida ao Projeto LCC pesquisadores como

Atílio Hartmann, José Manoel Morán, Pedro Gilberto Gomes, Joana Puntel, entre outros. O termo “leitura crítica da comunicação” acabou sendo incluído no texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), elaborado pela Câmara dos Deputados no início dos anos de 1990. A versão final da LDB, de origem no Senado e aprovada em 1996, deixou de contemplar o termo, mas abriu espaços para que os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplassem o estudo da comunicação e suas linguagens como uma das metas do ensino nacional em todo o país.

Ao longo da década de 1990, núcleos de extensão de universidades, assim como ONGs voltadas para uso da mídia em suas experiências de formação de crianças e jovens no Brasil, difundiram abordagens metodológicas de práticas de educação associadas às mídias. Algumas dessas organizações passaram a entender que o exercício de “produzir comunicação” de forma democrática e participativa, por parte das crianças e jovens, representaria um diferencial em relação às experiências internacionais voltadas exclusivamente para as práticas “de leitura” da mídia (SOARES, 2011).

Como já havíamos assinalado o termo atualmente utilizado para designar este diferencial – a educomunicação – passou a ser corrente nos textos do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP) a partir de 1999. A pesquisa que levou ao conceito trabalhou com uma amostragem representativa de programas e projetos que, em 12 países da América Latina, desenvolviam algum tipo de trabalho na interface entre comunicação social e educação. Seu objetivo era detectar o imaginário desses agentes culturais sobre a referida interface (SOARES, 2011, p. 34).

A partir de 2000, a interpretação oferecida ao conceito pelo NCE/USP passou a circular fora da fronteira nacional, em artigos e livros escritos em inglês, inclusive na mais antiga revista especializada em *media literacy* nos Estados Unidos. Na América Latina, a visão do NCE/USP sobre o tema começa a ser difundida a partir de artigo produzido em 2000 para uma coletânea coordenada por Carlos Eduardo Valderrama, da Universidad Central de Bogotá, na Colômbia. Outros textos circularam através de revistas como *Nómadas*, também na Colômbia, *Diálogos de FELAFACS*, no Peru, e *Comunicar*, da Universidade de Huelva, na Espanha. Em 2002, passa a habitar um dicionário italiano (*La Comunicazione: Ildizionariodiscienze e techniche*). No Brasil, o principal veículo de divulgação do conceito tem sido a revista *Comunicação & Educação*, que em 2002 introduziu o

assunto em suas páginas com o artigo intitulado “Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação” (SOARES, 2002).

Segundo Soares (2010), a primeira década do século XXI viu florescer importantes experiências educomunicativas no espaço do Ensino Fundamental e Médio, mediante ações patrocinadas pelo poder público, para contribuir com soluções para determinados problemas. Entre tais projetos, especificamente voltados para reduzir a violência no espaço escolar, ganhou destaque, pela dimensão e abrangência, o Educom, Rádio-Educomunicação pelas Ondas do Rádio. O projeto foi confiado pela Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo ao Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da USP. A sua execução, ao longo de sete semestres, entre 2001 e 2004, atendeu, ao todo, aproximadamente 11 mil agentes educacionais, incluindo professores, estudantes e membros das comunidades educativas, todos vinculados a 455 escolas de Ensino Fundamental da rede pública municipal.

Soares (2011) contextualiza que, em decorrência do curso, cada escola passou a ter direito a receber o kit de produção radiofônica que permitia a montagem de um pequeno estúdio, dotado de antena transmissora em condições de cobrir uma área de 200 a 300 metros de raio, atingindo caixas receptoras móveis. No cotidiano da escola, o Educom mobilizou e continua mobilizando grupos de alunos que se voltam para a produção midiática de forma colaborativa, ampliando as formas de expressão e movimentando os recreios. Algumas escolas optam por produções mais sofisticadas, como o tratamento sonoro de conteúdos disciplinares, incluindo, em muitos casos, o resgate da memória de professores e personalidades do bairro, ou ainda, a produção de documentários radiofônicos sobre a vida da escola ou sua relação com o entorno.

O revezamento dos alunos nas atividades necessárias para uma adequada produção permite que cada membro das diferentes equipes desenvolva as suas habilidades de escrita e de leitura, além de favorecer o domínio da linguagem e da operação técnica dos aparelhos. Especialmente, contribui para a melhoria das relações entre professores e alunos, reduz os índices de violência, bem como motiva à solidariedade na busca de metas comuns. No caso, é justamente este último resultado que define a efetiva natureza educomunicativa da experiência (SOARES, 2011).

Na verdade, o conjunto destas ações é considerado como “educativo” quando oferece à comunidade uma oportunidade real para criar um ambiente propício a uma revisão das relações de comunicação em todo o ambiente escolar (transformando e recriando seu ecossistema comunicativo). A própria comunidade educativa é desafiada a estabelecer suas metas: permitir e manter pequenos projetos voltados à produção radiofônica ou ir ampliando, aos poucos, as ambições da programação à medida que novos agentes (professores, alunos e funcionários) sejam capazes de aderir aos propósitos estabelecidos pelo programa educativo em construção. Apenas quando a maior parte dos membros da comunidade tiver aderido aos parâmetros de uma pedagogia dialógica e midiática será possível afirmar que a escola, finalmente, optou pelos parâmetros da educação (SOARES, 2011, p 38-39).

Professora e jornalista há mais de 20 anos, vivenciei mudanças no processo educacional, muitas das quais tornam notório que o ensino muitas vezes oferecido em nossas escolas ainda não atende aos anseios dos alunos que recebemos. Ainda mantemos nossos alunos sentados e ouvintes, num estado acomodado e alienado da sua realidade. Fica também nítida a riqueza das construções quando são provocados a participar, a partilhar suas realidades e a construir o conhecimento partindo do seu contexto, pensando e agindo para as transformações na coletividade, tanto dentro dos muros da escola quanto fora dela.

Em 2016, tive a oportunidade de visitar a Escola Estadual Nagib Saad, localizada em uma comunidade rural na Agrovila das Palmeiras, no município de Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso. Lá, conheci um laboratório que dispunha de uma rádio escolar. A programação contava com mensagens e músicas durante os 15 minutos que antecediam o início das aulas e outros 15 minutos da hora do recreio. Os alunos eram coordenados pelo professor de educação física Valmir Fernandes e organizados em escalas para cuidarem da rádio durante a semana, tanto da programação quanto do manuseio dos aparelhos. A convite do professor, pude ministrar uma palestra sobre os meios de comunicação aos alunos do projeto. Foi apaixonante perceber o envolvimento das crianças e dos jovens com aquele assunto.

No mesmo ano, tive a oportunidade de iniciar uma especialização em Cultura e Meios de Comunicação: uma abordagem teórico-prática, oferecida pelo Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPA) em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no COGAE em São Paulo. O tema pesquisado para o trabalho de conclusão de curso foi a “Rádio Escolar: exercício de cidadania e integração social”. Em 2019, participei do Seminário “Um diálogo da

educomunicação com o sistema educativo”, promovido pelo Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPAC) em São Paulo. Na ocasião, tive a oportunidade de dialogar com o professor Ismar de Oliveira Soares sobre a potência da educomunicação como um instrumento para uma educação mais humanizada, com o olhar focado no humano e no cidadão no sistema educacional atual. É diante dessas experiências que eu pude constatar a importância da educomunicação na formação de cidadãos críticos, conscientes e mais solidários. A proposta da educomunicação, que focaliza a humanização das relações, numa constituição do eu com o outro, demonstra a sua importância enquanto facilitadora de atitudes, posturas e envolvimento social e democrático.

A partir da preocupação em estudar políticas públicas de educação, suas descontinuidades e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem, esta dissertação tratou da educomunicação, observando o contexto de disputas por sua implantação na rede de ensino do Estado do Mato Grosso, a partir de um estudo de caso realizado na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em Cuiabá.

O trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro trata-se da Educomunicação, na interface entre educação e comunicação. A abordagem foca sobre a função da escola e do sistema educativo com o olhar voltado para a compreensão da cidadania para além de direitos e deveres. Trata-se de despertar no educando o sentimento de pertencimento social e consciência do seu compromisso com a realidade, considerando o ecossistema comunicativo e as áreas de intervenção onde os sujeitos possam refletir sobre as relações comunitárias no âmbito da educação, compreendendo assim a educomunicação em seu contexto, para além das visões reducionistas de contrapor ou aliar a educação à mídia. Nesse capítulo fomos convidados a refletir sobre a educação voltada para as mudanças sociais necessárias para o século XXI.

No segundo capítulo foram apresentados os achados de pesquisa, já realizados sobre a educomunicação em Mato Grosso, contextualizando suas principais contribuições a respeito da implantação e da legitimidade enquanto política pública.

No terceiro capítulo as reflexões giraram em torno da Educomunicação no contexto formal do ensino, pensado no viés do ciclo das políticas públicas, a sua implantação e implementação no chão da escola, tomando como ponto de partida

análises sobre o Programa Mais Educação, o processo de institucionalização quando ele acontece de cima para baixo (*top down*) e de baixo para cima (*bottom up*). A literatura revisada trouxe reflexões sobre os burocratas de nível de rua, e a discricionariedade como marco teórico para abordar as relações entre as instituições e os atores sociais.

No quarto capítulo, tratamos sobre a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho, com ênfase sobre o Estudo de Caso. Para coletarmos os dados, nos utilizamos principalmente da entrevista exploratória. Para embasá-la, utilizamos uma análise sistemática sobre o conceito de educomunicação, através de pesquisa documental e bibliográfica (revisão da literatura sobre o tema). A entrevista com o autor da lei 8.889/08 que dispõe sobre a implantação do Programa Rádio Escola Independente na rede estadual de ensino foi muito esclarecedora. Também nos utilizamos de questionário elaborado na plataforma Google Forms para acessar professores da rede básica do estado de Mato Grosso sobre práticas docentes educacionais.

No capítulo quinto, apresentamos a entrevista com o Dr. Alexandre César sobre a lei de sua autoria nº 8.889/08 que institucionalizou a implantação do Programa “Rádio Escola Independente” na rede estadual de ensino de Mato Grosso. O entrevistado traz uma narrativa da sua trajetória acadêmica e política e o percurso da institucionalização do projeto da lei sobre a educomunicação.

No sexto capítulo apresentamos o desenvolvimento de um questionário realizado através da plataforma Google Forms, com professores da rede de educação básica de Mato Grosso com objetivo de compreender como a educomunicação é percebida pelos profissionais da educação e de que modo, está inserida em suas práticas pedagógicas.

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (SEDUC/MT)

Esta pesquisa aborda a importância de compreender a finalidade da educomunicação como uma área do conhecimento que se propõe a intervir e a trabalhar para integrar dinâmicas na educação formal, informal e não formal, utilizando-se dos recursos midiáticos. Por esse meio, otimiza o processo de ensino e

aprendizagem e a experiência dos alunos com a comunidade escolar, focando na formação de cidadãos críticos, reflexivos, democráticos e participativos na sociedade.

A história nos ensina, na verdade, que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados no contexto do imaginário social como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer popular e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade (SOARES, 2011).

A compreensão educomunicativa, alternativamente, exalta a complexidade do ser humano e a diversidade dos saberes, que devem estar integrados ao ensino, proporcionando à sociedade humana transformar-se de forma a construir um futuro viável, num equilíbrio entre os valores do ser individual e social.

Ao delimitarmos esse tema para este estudo, voltamos o nosso olhar para a educomunicação enquanto política pública que foi incorporada pelo Ministério da Educação em 2007, mediante o desenvolvimento do Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007. Dentre os dez macro campos objetos de referência no Mais Educação, as seguintes mídias receberam explícita menção: jornal escola, rádio, história em quadrinhos, fotografias e vídeos.

Em 10 de junho de 2008 foi sancionada e publicada no diário oficial do Estado de Mato Grosso a Lei Estadual nº 8.889/08, de autoria do deputado estadual Alexandre César (PT), dispendo sobre a implantação do programa “Rádio Escola Independente” na Rede Estadual de Ensino. Através de mini estações de rádio em cada unidade escolar, os alunos poderiam trabalhar todas as áreas de ensino, códigos, linguagens, ciências exatas, humanas e sociais.

No contexto do Estado de Mato Grosso, o projeto apresentado pelo deputado Alexandre Cesar se baseou no conceito de educomunicação proposto por Ismar de Oliveira Soares, a partir das pesquisas do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, segundo o qual “a educomunicação designa todos os esforços realizados pela sociedade no sentido de aproximar os campos da cultura,

comunicação e educação, constituindo-se em campo emergente da prática social, com referenciais teóricos e metodológicos próprios”<sup>1</sup>.

Em 2009, encontram-se registros de novo projeto estadual de educação, implantado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MT): trata-se do Projeto Interdisciplinar de Arte música e Comunicação, projeto de Banda e Fanfarras escolar(EDUCARTE), o qual enfocava o oferecimento de atividades de música, desenho e pintura aos estudantes de 176 escolas da rede estadual de ensino, distribuídas em 59 municípios<sup>2</sup>. Transformado no ano de 2013 em Projeto interdisciplinar de Arte, Música e Comunicação PRINART<sup>3</sup>, supostamente o intuito previa conciliar a formação artística com a manutenção de algumas das atividades educacionais. No ano de 2019, o projeto interdisciplinar volta novamente a ser denominado EDUCARTE.

A partir da preocupação em estudar políticas públicas de educação, suas descontinuidades e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem, esta pesquisa trata da educomunicação, observando o contexto de disputas por sua implantação na rede de ensino do Estado do Mato Grosso, a partir de um estudo de caso realizado na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em Cuiabá.

Por considerar a educomunicação como instrumento e estratégia de melhoria das condições de ensino e aprendizagem, esta pesquisa problematiza a descontinuidade do projeto, substituído pelo Programa EDUCARTE na rede estadual de ensino de Mato Grosso, ainda que se tenham mantido certas atividades desenvolvidas do programa original. Portanto, observando o contexto de implantação e implementação de políticas públicas de educação, a questão lançada foi: como se deu a formação da agenda e subsequente desinstitucionalização da educomunicação em Mato Grosso?

Investigaram-se, assim, as condições que possibilitaram a elaboração, aplicação e posterior extinção do programa de educomunicação pela Secretaria Estadual de Educação de MT. A questão consistiu em observar e descrever o trabalho de sensibilização em prol da adoção do programa, seguida da construção política de sua aparente perda de legitimidade. A pertinência de seu conteúdo

---

<sup>1</sup>Disponível em: [http://www.cca.eca.usp.br/politicas\\_publicas/mato\\_grosso](http://www.cca.eca.usp.br/politicas_publicas/mato_grosso). Acesso em 27 out. 2020.

<sup>2</sup>Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/projeto-prinart-transforma-a-rotina-escolar-de-150-mil-alunos-em-mt>. Acesso em 20 out 2020.

<sup>3</sup>Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/ppei/educarte>. Acesso em 29 out. 2020.



epistemológico, que fortaleceria as possibilidades de intervenção educacional em diversos contextos sociais, permanece comprometida com a oferta de um ensino transformador, cidadão e democrático.

Em meio às transformações sociais, políticas, tecnológicas e midiáticas pelas quais a sociedade vem passando, precisamos atentar aos desafios que estão sendo impostos ao sistema educativo. A relação entre professor e educando precisa ser estabelecida como um movimento dialógico, para que a formação do indivíduo aconteça de forma autônoma e reflexiva, diante da realidade que o cerca.

Nessa perspectiva, educar para a comunicação é uma necessidade, em um contexto em que as mudanças culturais, tecnológicas e sociais acontecem com grande velocidade, desafiando a entrada nessa nova cultura. Entretanto, somente o uso dos recursos midiáticos não serão suficientes para otimizar a interface que existe entre comunicação e educação: é preciso que eles sejam percebidos dentro de uma conjuntura dialógica, política e social, com um olhar para um ensino humanizado.

A educação já vem sendo desenvolvida no Brasil desde o final dos anos 1960, tendo ganhado fôlego durante o processo de redemocratização, com experiências com o uso das mídias em projetos e atividades para crianças e jovens. Embora muitas vezes seja mobilizada como uma prática escolar alternativa, complementar, como estratégia para resolver problemas pontuais existentes em grupos, também já foi proposta mais ampla de projetos de governos municipais, estaduais e federais desenvolvidos com determinado número de escolas, atendendo a um determinado número de alunos.

Próspero (2013), ao tratar da política pública de educação, descreve seu ingresso, em 2007, no Programa Mais Educação do governo federal. A autora enfatiza a possibilidade de ganho às escolas, por um programa no âmbito da educação formal e de nível federal. Em 2011, ainda no início de vigência e consolidação deste programa, Próspero (2013) demonstrou um cenário de quase 4.200 escolas que optavam pelas atividades do macrocampo “comunicação e uso de mídias” nas propostas de educação.

Por isso, a presente pesquisa ganha relevância em buscar entender como a prática educacional se apresenta em um programa institucionalizado de política

pública e não mais no âmbito 'alternativo', espaço que tinha sido ocupado majoritariamente até então, segundo Próspero (2013).

## CAPÍTULO 1-EDUCOMUNICAÇÃO: HISTÓRIA E DEFINIÇÃO DE UMA ABORDAGEM NA INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A escola e o sistema educativo têm um papel fundamental. Devem ser capazes de assumir a sua responsabilidade em oferecer ao indivíduo uma formação cidadã, indo além do conjunto de direitos e deveres: implica em despertar no sujeito um sentimento de pertencimento consciente do seu compromisso com o outro e com a realidade que o cerca.

Segundo Barbero (2014),

É com esse sujeito que a educação tem que lidar hoje: um adolescente cuja experiência da relação social passa cada dia mais por sua sensibilidade, seu corpo, já que é através deles que os jovens- que sua maioria conversa muito pouco com os pais- estão dizendo muitas coisas aos adultos por meio de outros idiomas: os dos rituais de se vestir, tatuar e se enfeitar, ou de emagrecer conforme os modelos de corpo que lhes propõe a sociedade através da moda e da publicidade. Não são apenas as mulheres, ou os milhões de adolescentes que sofrem gravíssimos transtornos orgânicos e psíquicos de anorexia e bulimia, presos no paradoxo assinalado de que se responsabilizem por si mesmos, essa mesma sociedade não lhes oferece a mínima clareza sobre seu futuro laboral ou profissional, e nem moral. Enquanto o sujeito da aprendizagem emerge desse contexto fortemente corporal e emocional, a escola lhe exige deixar fora do corpo de sua sensibilidade, porque ele e suas emoções desestabilizam a autoridade dos professores. Daí que o mundo onde o sujeito jovem habita seja menos o da escola que aquele da turma do gueto, da seita ou da droga. É daí que nos olham e escutam, nos amam e odeiam, nos desconcentram e assustam os sujeitos da educação (BARBERO, 2014, p.131).

Sendo assim, a proposta da educomunicação se caracteriza pela criação e pelo desenvolvimento de ecossistema educocomunicativo, o que passa pelas áreas de intervenção, de maneira a oferecer uma educação cidadã e democrática, em que o sentimento de pertencimento envolva o educando no seu contexto, como um sujeito não só pensante, mas também participativo e transformador de sua realidade.

Soares (2011) denomina como “áreas de intervenção” as ações a partir das quais os sujeitos sociais passam a refletir sobre as suas relações no âmbito da educação. A primeira destas “áreas”, a mais antiga e fundante, é a própria (1) educação para a comunicação. Seguem outras, como (2) a expressão comunicativa através das artes; (3) a mediação tecnológica nos espaços educativos; (4) a

pedagogia da comunicação; (5) a gestão da comunicação nos espaços educativos e, como não poderia faltar, (6) a reflexão epistemológica sobre a própria prática em questão.

Soares (2011) descreve cada um destes âmbitos do agir educomunicativo do seguinte modo.

1. A área da educação para a comunicação tem como objeto a compreensão do fenômeno da comunicação, tanto no nível interpessoal e grupal, quanto no nível organizacional e massivo. Volta-se, em consequência, para o estudo do lugar dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto. Faz-se presente, entre outros, nos programas de recepção pedagogicamente organizados (*media education, educación em medios*), fundamentados na contribuição das ciências humanas.

2. A área da expressão comunicativa através das artes está atenta ao potencial criativo e emancipador das distintas formas de manifestação artística na comunidade educativa, como meio de comunicação acessível a todos. Todo estudo da história e da estética das artes, que representa um valor em si mesmo, está a serviço da descoberta da multiplicidade das formas de expressão, para além da racionalidade abstrata. Esta área aproxima-se das práticas identificadas com a Arte-Educação, sempre que primordialmente voltadas para o potencial comunicativo da expressão artística, concebida como uma produção coletiva, mas com performance individual.

3. A área da mediação tecnológica na educação preocupa-se com os procedimentos e as reflexões sobre a presença das tecnologias da informação e seus múltiplos usos pela comunidade educativa, garantindo, além da acessibilidade, as formas democráticas de sua gestão. Trata-se de um espaço de vivência pedagógica muito próximo ao imaginário da criança e do adolescente, propiciando que não apenas dominem o manejo dos novos aparelhos, mas que criem projetos para o uso social das invenções que caracterizam a era da informação. Esta área aproxima-se das práticas relacionadas ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), sempre que entendidas como uma forma solidária e democrática de apropriação dos recursos técnicos.

4. A área da pedagogia da comunicação referenda-se na educação formal (o ensino escolar), pensando-a como um todo. Mantém-se atenta ao cotidiano da didática, prevendo a multiplicação da ação dos agentes educativos (o professor e o aluno trabalhando juntos), optando, quando conveniente, pela ação através de projetos.

5. A área da gestão da comunicação volta-se para o planejamento e a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas de intervenção, apontando, inclusive, indicadores para a avaliação de ecossistemas comunicacionais. Converte-se, nesse sentido, numa área central e indispensável exigindo o aporte de um especialista, de um coordenador, de um “gestor”, enfim. Cabe a este não apenas incentivar os educadores para que façam a melhor opção em termos de áreas de intervenção, mas também suprir as necessidades do ambiente no que diz respeito aos espaços de convivência e às tecnologias necessárias.

6. A área da reflexão epistemológica dedica-se à sistematização de experiências e ao estudo do próprio fenômeno construído pela interação entre educação e comunicação, mantendo atenção especial à coerência especial entre teoria e prática.

A respeito das formas tradicionais de ensino, essas que concordamos estarem defasadas e pouco conectadas aos anseios e necessidades dos estudantes, Barbero (2011), ainda vai afirmar que:

[...] o modelo predominante é vertical, autoritário na relação professor-aluno, é linearmente seqüencial no aprendizado. Introduzir nesse modelo meios e tecnologias modernizantes é reforçar ainda mais os obstáculos que a escola tem para se inserir na complexa e desconcertante realidade de nossa sociedade. Ao colocar como ponto de partida as mudanças que são necessárias à escola para que ela possa interagir com o país, e não simplesmente a utilização dos meios de comunicação, estou enfrentando um mal-entendido que o sistema escolar não parece interessado em desfazer: a obstinada crença de que os problemas da escola podem ser solucionados sem que se transforme o seu modelo comunicativo-pedagógico, isto é, com uma simples ajuda de tipo tecnológico. E isso é um auto engano. Enquanto permanecer na verticalidade na relação docente a seqüencialidade no modelo pedagógico, não haverá tecnologia capaz de tirar a escola do autismo em que vive. Por isso, é indispensável partir dos problemas da comunicação antes de falar sobre dos meios (BARBERO, 2011, p.123).

Em meio às mudanças sociais e culturais que a sociedade vem passando, não é mais possível conceber um sistema educacional voltado para a massificação

do saber, centrado no educador como o detentor da verdade, o emissor de informações; e o aluno um sujeito passivo, receptor. Não podemos pensar mais uma educação que não permita ao educando uma participação crítica na construção do seu conhecimento e na transformação de sua realidade. Diante desta perspectiva o educador precisa repensar o seu fazer pedagógico, a educação e como o saber deve ser construído.

Na concepção e na prática de Dewey (apud PILETTI; PILETTI, 2013, p.128), a educação escolar não poderia ser dissociada da vida dos indivíduos e da sociedade, por isso a escola não poderia se restringir a um ensino repetitivo de verdades eternas e imutáveis que colocasse a competência acadêmica em primeiro lugar. Pelo contrário, deveria ser orientada pela busca dos saberes e competências que seriam necessários para a vida, como cidadão numa sociedade democrática e em transformação constante.

Sendo assim, é neste contexto que precisamos pensar a diversidade dos saberes, pensar as competências e habilidades a serem despertadas nos indivíduos, bem como a capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento e sua sensibilização para os valores individuais e sociais.

Como afirma Paulo Freire (1996),

A educação desempenha um papel essencial tanto para o desenvolvimento humano quanto para as sociedades. Por isso ela precisa acontecer ao longo de toda a vida, provendo o indivíduo da capacidade de dominar seu próprio desenvolvimento, de modo que a sua participação social corresponda aos seus talentos e suas aptidões (FREIRE, 1996, p. 21).

O educando precisa sentir-se parte do fazer educativo, isso ampliará seu interesse na participação e na construção do saber. Essa ação inspira o caráter educ comunicativo que constitui o ecossistema comunicativo escolar, campo emergente de intervenção na realidade, por ser um conjunto de dispositivos tecnológicos e comunicacionais que alteram a percepção do educando.

Soares define a educomunicação como a representação de um conjunto de ações, envolvendo ou não tecnologias da informação, que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes sociais promovam e ampliem, em seus espaços, ecossistemas comunicativos abertos e criativos, capazes de garantir a democracia das relações, a pluralidade da expressão dos membros da comunidade e a eficiência na condução de seus fluxos de informação, tendo como

meta o exercício pleno da democracia e da cidadania. Entende-se por ecossistemas comunicativos as ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a: criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos; melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas; desenvolver as habilidades de relacionamento com o sistema de meios; usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas e ampliar a capacidade de expressão das pessoas (SOARES, 2000).

Segundo Soares (2011), a proposta é de que a relação da educomunicação com a escola seja pensada em três âmbitos distintos, superando visões reducionistas de simplesmente contrapor ou aliar educação e mídia: 1. No âmbito da gestão escolar, convidando as escolas a identificar e, se necessário, a rever as práticas comunicativas que caracterizam e norteiam as relações entre a direção, os professores e alunos no ambiente educativo; 2. no âmbito disciplinar, sugerindo que a comunicação, enquanto linguagem, processo e produto cultural (seus sistemas, linguagens e tecnologias), se transforme em conteúdo disciplinar, isto é, em objeto específico do currículo no âmbito da área denominada “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” (este é o foco disciplinar dos programas internacionalmente conhecidos como *media education*, *media literacy*, *educacionen médios*); 3. no âmbito transdisciplinar, propondo que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos de comunicação, tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educacionais legitimados por criatividade e coerência epistemológica.

Incluimos neste âmbito as atividades extraclasse e aquelas que se realizam no espaço do tradicionalmente denominado “contraturno”, nos programas da Escola Integral, mediante a realização tanto dos exercícios práticos (oficinas regulares de ações educacionais), quanto de mobilizações voltadas à socialização das experiências vivenciadas (mostras, seminários e encontros).

A relação dialógica é um elemento fundamental para que o envolvimento de todos os atores (professores, alunos e comunidade escolar), inseridos na construção de um ambiente educacional possam fortalecer as práticas educacionais, superando os desafios a serem encontrados tanto em sua vida individual quanto na coletividade.

Barbero (2014) afirma que a textura dialógica se encontra tanto na textura do símbolo como na constituição da subjetividade: o “eu” só se torna real na reciprocidade da interlocução. Dialogar é arriscar uma palavra ao encontro não de uma ressonância de si mesma, mas sim de *outra palavra*, da resposta de um outro. Daí que para fazer uma pergunta, necessito assumir um pronome (eu) ao qual responde um outro (tu) e conformar sobre uma base de pronomes pessoais que formam a textura da intersubjetividade. Dialogar é descobrir na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária, do mundo. A palavra não é um mundo a parte da práxis do homem: “a justiça é o direito a palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar de nós.

Soares (2011), defendendo a comunicação como uma ação educativa, aponta a tese segundo a qual uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada entre professores, alunos e comunidade escolar dos recursos e processos da informação contribui essencialmente para a prática educativa. A especificidade dessa contribuição é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação. A esse esforço multidisciplinar o autor denomina educomunicação.

A rápida evolução do mundo e as mudanças sociais exigem uma atualização contínua dos saberes, uma educação ao longo da vida. Esta formação continuada da pessoa humana e de seus saberes robustece sua capacidade de discernir e de agir.

Nessa perspectiva, o relatório a pedido da Comissão Internacional sobre a Educação para o séc. XXI ligada a UNESCO, presidido por Jacques Delors, apresenta a organização da aprendizagem fundamentada em torno de quatro pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente *aprender a ser*, conceito essencial que integra os três precedentes.

1. Aprender a conhecer: é a aprendizagem que permite ao aluno compreender a realidade, de maneira que possa desenvolver habilidade para comunicar-se de forma crítica e autônoma, num caminho para toda a vida, aprendendo a aprender.

2. Aprender a fazer: significa desenvolver a capacidade para ir além de preparar-se para uma determinada tarefa, o comprometimento precisa ir além de exercer a sua aptidão para as relações interpessoais.

3. Aprender a conviver: trata-se de conceber uma educação voltada para descobrir-se a si mesmo, vendo-se no rosto do outro, respeitando-se as diferenças e combatendo os preconceitos, dessa maneira enfrentando os conflitos inevitáveis que existem entre pessoas e grupos.

4. Aprender a ser: uma aprendizagem que contribua para a conscientização de sua identidade, conferindo ao indivíduo a liberdade de pensamento e a construção de seus próprios juízos (DELORS, 2012).

Perceber e assumir as mudanças pelas quais o modelo de comunicação escolar vem passando é uma postura e uma exigência da sociedade, que tanto as políticas públicas quanto os professores precisam conceber. Como afirma Bourdieu (apud Barbero, 2014 p. 122), já não serve à escola fazer com que professores finjam que ensinam para alunos que finjam que aprendem. Tal modelo já começou a implodir estrondosa e violentamente.

Moreira (2007) destaca que em trabalho apresentado durante o I Congresso Internacional de Comunicação e Educação, promovido pelo NCE/ECA-USP, em São Paulo, em maio de 1988, por Jaccquinot, da Universidade de Paris VIII, afirma-se que a escola é uma instituição ao mesmo tempo educativa, social e política. Essa tríplice dimensão subsiste, mas cada uma delas vem sofrendo visíveis modificações nas últimas décadas, sempre que o sistema formal da educação se aproxima das filosofias e das práticas da comunicação, sob a ação eficaz do educador, ou seja, um novo mediador cultural (JACQUINOT, 1998).

Moreira (2007) ainda refere inspirado por Jacquinot, que o profissional educador é alguém que tem dupla função teórica, trabalhando na convergência entre as ciências da educação e as ciências da comunicação. O educador precisa estar atento a ser consciente que uma educação de “massa” e “multicultural” situa-se além da simples aquisição de conhecimentos



escolares; procura não desvalorizar a cultura midiática, principalmente televisiva dos jovens, em sua especificidade cultural, mas apóia-se nela nos cursos de educação para os meios; vê nos meios uma riqueza pelos conteúdos informativos e pela maneira que fornecem uma representação de mundo, por isso é necessário analisar, visando retificar tais representações; está convencido que uma emissão não é um ato “passivo”, mas mobiliza uma quantidade de “micro-saberes” acumulados que o professor pode ajudar o aluno a colocar em relação, para construir seu conhecimento e lhe dar sentido; o educador deve introduzir os meios de comunicação como objeto de estudo, não para fazer o aluno um aprendiz de jornalista ou apresentador, mas para ensiná-lo a analisar do ponto de vista do poder econômico e ético (político), das montagens que lhes dão “sentido”; e, principalmente, que aceita um novo referencial para a relação educador-educando: o aluno pode ensinar o professor (sobretudo no domínio das novas tecnologias), os alunos podem ensinar uns aos outros (especialmente confrontando seus pontos de vista ou suas fontes de informações, ou suas soluções para o problema, em diálogo direto na sala de aula para construir progressivamente um pensamento crítico. O professor educador percebe que não há mais monopólio da transmissão do conhecimento, e não é só o professor que tem o direito à palavra (JAQUINOT, 1998).

O olhar para o sistema de comunicação exige de nós educadores um olhar que perpassa pela comunicação, para que não seja mais observada de forma ingênua e até mesmo descontextualizada de toda realidade política e econômica que a cerca, pois os frutos dessas decisões trazem o envolvimento de uma relação estabelecida pelo uso do poder dos instrumentos dos meios de comunicação e seus receptores. Esse olhar nos conduz a perceber a inserção da educação no chão da escola e o efeito dela no processo ensino aprendizagem dos educandos quanto à compreensão do seu papel e da sua participação na sociedade. Vejamos algumas experiências nesse sentido.

Em artigo intitulado juventude e tradição: a preservação da cultura regional mato-grossense por meio da educação, apresentado no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação (05 a 09/09/2016), Karina Stein de Luca Gonçalves e Benedito Diécio Moreira apresentaram o resultado de um projeto denominado: “Educação, Ciência, e Outros saberes: um Estudo do Trabalho

Colaborativo e Compartilhável em Narrativas Transmídias, aplicado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a estudantes e professores em dez escolas estaduais de ensino básico do Estado de Mato Grosso sendo seis delas em áreas urbanas e outras quatro escolas localizadas na região rural no entorno da capital Cuiabá.

A experiência relata que o uso do aparelho celular foi o principal instrumento e após as oficinas de formação toda a parte técnica em relação à fotografia, áudio, vídeo e texto jornalístico foram para as pautas (escolhas dos temas que seriam produzidos), o que segundo os autores, gerou uma notável animação de alguns estudantes em realizar as atividades, visto que eles tiveram autonomia na apuração das informações. Outro ponto muito significativo para o desenvolvimento do projeto foi à relação e o envolvimento entre os professores e os alunos.

Diante dessas considerações podemos constatar que quando as mídias digitais são colocadas em prol da educação, gera-se um maior envolvimento dos atores envolvidos no processo ensino aprendizagem e um maior acesso tanto dos novos meios de produção quanto de consumo de conteúdo.

Outra experiência que podemos apresentar nesse sentido quanto ao contexto em relação às práticas exitosas educacionais no chão da escola, é a identificação dos fenômenos de emergência climáticas que atinge o quilombo e os efeitos mais graves em população de situação de vulnerabilidade; estes resultados são discutidos e apresentados em uma dinâmica educacional com estudantes do ensino fundamental e médio da Escola Estadual professora Tereza Conceição de Arruda, no quilombo Mata Cavalo (MT) onde a instituição está inserida, e ainda manifestam as posições de resistências da comunidade diante da crise do clima e dos embates fundiários.

Esse contexto é apresentado no artigo de Thiago Cury Luiz e Michele Sato, intitulado: Educação socioambiental no quilombo Mata Cavalo, narrativas e resistência de uma comunidade tradicional Mato-Grossense. Os autores afirmam que é possível por meio da educação socioambiental, mobilizar estudantes e outros participantes da educação popular a produzirem conteúdos midiáticos em texto, áudio, foto e vídeo (foco desse estudo). Ao narrarem às questões ambientais que as afligem e as caracterizam, as populações em situações de vulnerabilidade expõem suas percepções sobre o clima e demarcam forma de resistência.

Em suas considerações finais os pesquisadores compreenderam que as produções audiovisuais, enquanto um dos argumentos midiáticos de uma narrativa mais ampla implicam mobilização e trabalho colaborativo de estudantes de ensino fundamental e médio, em uma proposta educacional voltada às questões socioambientais. Ao retratar os problemas e valores de uma comunidade tradicional quilombola Mata Cavalo, discentes da Escola Professora Tereza Conceição de Arruda reiteraram a resistência que circunscreve a história quilombola.

Certamente as crianças e jovens a cada dia estão mais inseridos na cultura midiática e tecnológica, onde o audiovisual tem os envolvidos em sua multiplicidade de sons e imagens, isso nos provoca pensar, Qual o efeito real desse uso na formação do educando? Da mesma maneira, do contrário qual o efeito da sua ausência?

O artigo produzido por Gilson Morães da Costa, Yrla Braga Moura e Yandra de Oliveira com o tema: Produção audiovisual: um caminho para a liberdade e protagonismo juvenil na educação básica, desenvolveu uma reflexão sobre o cinema e do vídeo enquanto linguagem e tecnologia no processo pedagógico do ensino regular. A experiência foi realizada no cotidiano de duas turmas do ensino médio de uma escola pública em Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso. Os autores relatam que o processo de investigação contemplou um projeto de oficinas de produção audiovisual ministradas aos alunos participantes, tendo como resultado a produção de curtas-metragens do gênero documentário ficcional.

Estas experiências constataram que é possível aliar ao ensino tradicional dinâmicas educacionais mais participativas, que além do saber formal, possibilitem também experiências sociocognitivas levando estudantes a refletirem sobre as questões que envolvem sociabilidade e estimulando o protagonismo de suas ações. O audiovisual (entendido aqui como dispositivo cultural e linguagem artística, e não como puro entretenimento e “ilustração” de conteúdos para as disciplinas), pode oferecer grandes oportunidades para o trabalho docente no interior do ambiente escolar.

O que se percebeu nessa experiência foi o grande envolvimento dos estudantes pelo trabalho que envolveu situações do seu cotidiano como os seus conflitos, medos, violência doméstica, violência na escola, brigas marcadas por intrigas, rixas e ações violentas. O resultado resgatou a dignidade desses

estudantes como pessoas, um orgulho de si que já havia se perdido, da mesma forma como uma relação mais dialógica com seus familiares.

## **CAPÍTULO 02-TRAJETÓRIA DE UMA IMPLEMENTAÇÃO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Neste capítulo serão apresentados os achados de pesquisas já realizadas sobre a educomunicação na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, contextualizando suas principais contribuições a respeito da implantação e da legitimidade enquanto política pública.

A pesquisadora Camy (2020), em sua dissertação intitulada: Vinte anos de educomunicação no Centro-Oeste: construção do campo a partir das produções científicas ressalta que dentre inúmeras pesquisas que antecederam ao seu trabalho, o seu foco foi mapear as teses e dissertações das Universidades UFMS, UFMT, UFG, UNB, UCB E UNEMAT no período de 1999 a 2018. Ela constatou que há na região Centro-Oeste do país terreno fértil e movimento progressivo na construção da Educomunicação como um novo campo que se consolida e materializa em trabalhos científicos e iniciativa com trabalhos e especificidades regionais.

Camy (2020) buscou entender como se dá a construção da Educomunicação, ou o entendimento epistemológico do conhecimento Educomunicativo, na região Centro-Oeste do país (questão-problema); tendo como objetivo geral diagnosticar o campo por meio das produções científicas (teses e dissertações); e via mapeamento das pesquisas e análise bibliométrica traçar um panorama regional da pesquisa em Educomunicação, identificando fatos e acontecimentos que estão “desenhando” a Comunicação e Educação regionalmente, pois a autora considera de extrema relevância à compreensão das pesquisas na área. Todos os elementos, unidos, formam um contexto que registra e conta a história deste novo campo, ou paradigma, neste recorte, no Centro-Oeste do Brasil.

Nesta pesquisa nos atentamos aos dados relacionados a Mato Grosso, por se tratar do contexto pesquisado nesta dissertação.

Sobre a questão dos eventos e projetos colocado por Camy (2020); no Centro-Oeste, ela nos apresenta o respectivo contexto; Nos anos de 2005 e 2006, destaca-se o Educom.Rádio Centro-Oeste - um programa de difusão da Educomunicação por meio da criação e utilização de rádios nas escolas participantes, que foi promovido por Ismar de Oliveira Soares, junto a 80 escolas dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Em 2007, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC33), realizada em Cuiabá/MT, estudantes do Ensino Médio do Mato Grosso fazem a cobertura midiática via web-rádio, com pesquisadores e cientistas de todo o país, resultado das iniciativas do EducomRádio.Centro-Oeste. No ano seguinte, em 2008, o deputado estadual de Mato Grosso, Alexandre César, cria a Lei Estadual n. 8.889, que implanta o programa Rádio Escola Independente na rede estadual de ensino e define a continuidade da filosofia proposta pelo Educom.Rádio. Centro- Oeste; algo semelhante à Lei Educom - Lei n. 13.941, estabelecida em São Paulo, pelo vereador Carlos Neder, que garantiu a continuidade do programa da formação de educadores em São Paulo 34 . A iniciativa também prevê que a secretaria de Estado de Educação (Seduc) aja de maneira integrada com entidades interessadas, grêmios estudantis e direção das escolas; além de sugerir que o governo faça parcerias com empresas privadas, município, ONGs e outros .Nos dias 24 e 25 de novembro de 2014, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ocorreu o I Colóquio Mato-grossense de Educomunicação, realizado na cidade de Cuiabá/MT. O evento contou com Antonia Alves na direção de Comunicação e teve a participação de pesquisadores e profissionais que atuam na interface Comunicação/Educação.

Em 2015, conduzido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc), criado o projeto piloto “Educomunicação, ciência e outros saberes: um estudo do trabalho colaborativo em narrativas transm dias”, posteriormente chamado de “Projeto Educomunicação/Transm dias” (NASCIMENTO, 2017), que atinge as cidades de Cuiabá, Jaciara, Jangada, Várzea Grande, Barão de Melgaço (distrito de Mimoso), Santo Antônio de Leverger e Campo Verde, no Estado de Mato Grosso. Entre os propósitos do Educomunicação/Transmídias estão: através das tecnologias, redes sociais e dispositivos móveis, junto aos saberes tradicionais de cada região,

potencializar o protagonismo na vivência de ensino-aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental e Médio. (UFMT, 2017). Por meio da iniciativa, alunos de escolas urbanas e rurais são contemplados com palestras que auxiliem no desenvolvimento da comunicação e uso das mídias digitais; e oficinas que incluem três eixos de atuação: “Arte e Tecnologias”, “Vida e Natureza” e “História e Comunidade”, desenvolvidos também em conjunto com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Benedito Dielcio Moreira foi o coordenador geral do projeto e também ministrou as oficinas: Outros Saberes e Trabalho Colaborativo. Conforme site da Editora Universitária de Mato Grosso<sup>41</sup>, ele é graduado em Comunicação Social - com habilitação em Jornalismo, Mestre em Ciência da Comunicação pela USP, com trabalho que abordou a relação entre jornais e jovens, no final da década de 1990; e Doutor em Educação pela U.G.S (UniversitatGesamthochschule Siegen), da Alemanha, que discutiu as andanças midiáticas dos jovens, sobretudo no universo digital. Assim, Moreira atua com o tema da Educomunicação desde 1998 e isso é mais um importante registro de pesquisadores que se debruçavam no tema no mesmo período.

Camy (2020) destaca que o Colóquio, sendo bastante significativo o evento, teve continuidade em 2016, com o II Colóquio Mato-grossense de Educomunicação e I Seminário Virtual de Práticas Educomunicativas, que aconteceu de 13 a 18 de junho, na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus Alto Araguaia. Foi um Colóquio semipresencial, promovido pela coordenação do curso de Jornalismo de Alto Araguaia, por meio de um projeto de pesquisa em parceria com a ABPEducom.

Moreira (2007), em sua dissertação intitulada *Educom Rádio: Indícios e Sinais*, estudou a implantação do projeto Educom Rádio Centro Oeste, que foi realizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo em parceria com o Ministério da Educação, Fundação de Apoio da Universidade de São Paulo, Unesco e Secretarias de Educação do Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A pesquisadora apresenta a trajetória do projeto Educom.Rádio na região Centro Oeste e como o mesmo se desenvolveu na implantação no Estado de Mato Grosso. O Educom Rádio Centro-Oeste foi realizado entre 2003 e 2006, pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da

Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação à distância (SEED), da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMT) e da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), com apoio das Secretarias Estaduais de Educação dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

O NCE começou suas atividades em 1996, reunindo um grupo de professores de várias universidades brasileiras interessadas na inter-relação entre Comunicação e Educação. O primeiro grande trabalho do NCE foi uma pesquisa realizada entre 1997 e 1998, com 178 especialistas da área de comunicação e educação da América Latina e países da Península Ibérica para saber o que pensavam os coordenadores de projetos na área e qual o perfil dos profissionais que trabalham nesta inter-relação Educação e Comunicação. Com os dados resultantes da pesquisa, Ismar de Oliveira Soares, professor da ECA/USP e coordenador do NCE, chegou à conclusão de que um novo campo de intervenção social denominado educomunicação ganhara densidade própria e legitimação pública. Para ele, a definição de educomunicação é representada pelo conjunto de ações, envolvendo ou não uso de tecnologias da informação, que permitem que educadores, comunicadores e outros agentes sociais promovam e ampliem, em seus espaços, ecossistemas comunicativos abertos e criativos, capazes de garantir a democracia das relações, a pluralidade da expressão dos membros da comunidade e a eficiência na conclusão de seus fluxos de informação, tendo como meta o exercício da democracia e da cidadania (MOREIRA, 2007).

Ao longo de uma década de trabalho, além de pesquisas, o NCE realizou diversos projetos. Dentre os principais, estão: Educom Rádio, Educom TV, Educom Rádio Centro Oeste. Entre os anos de 2001 e 2004, o NCE implantou o projeto Educom Rádio em 455 escolas de ensino fundamental da rede municipal de São Paulo, envolvendo mais de 12 mil professores, alunos, funcionários e membros da comunidade. Uma avaliação parcial do projeto indicou redução da violência e da evasão escolar nas escolas envolvidas.

A iniciativa teve como objetivo colaborar com o Projeto Vida na construção dos espaços favoráveis às manifestações da cultura de paz nas escolas. O Projeto Vida, vinculado ao Gabinete do Secretário de Educação do Município de São Paulo decorre da aplicação da lei 13.096, de 8 de dezembro de 2000, destinou-se à

prevenção da violência nas escolas. Entre os objetivos do Projeto Vida está o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em seu artigo 5º, segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. O projeto prevê, nesse sentido, a preparação de profissionais da Secretaria Municipal de Educação para que o estimulem e exerçam “mediações de conflitos, de modo que os impasses possam ser substituídos pelo diálogo”. O curso de cem horas durou três anos e meio e contou com 200 especialistas formados pelo próprio NCE.

Especificamente na região Centro-Oeste, 70 escolas estaduais do Ensino Médio foram beneficiadas, sendo 20 em Mato Grosso, 20 em Mato Grosso do Sul e 30 em Goiás, incluindo-se centros educacionais e quilombolas.

No Estado de Mato Grosso 725 pessoas foram envolvidas diretamente, sendo 5 da equipe técnico pedagógica, 40 professores- cursistas, 600 estudantes e 80 membros da comunidade. Em Cuiabá as escolas estaduais que receberam o projeto foram: Estevão Alves Correia, Heliodoro Capistrano da Silva, Presidente Médici e Raimundo Pinheiro da Silva.

Moreira (2007) ainda relata que o projeto Educom. Rádio Centro-Oeste entregou um laboratório de rádio para cada escola participante. O laboratório radiofônico destinado a cada escola participante é regulado pela resolução nº 305, de 26 de julho de 2002, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). No kit Educom constavam uma mesa de áudio com oito canais, duas caixas de som receptoras, antena, transmissor de frequência modulada, entre 220 e 270 megahertz, dois gravadores de mão, toca-CD e toca-fitas duplo. O laboratório do Educom. Rádio não se trata de uma rádio comunitária para a escola, e sim, uma rádio restrita: o sinal chega somente nos locais em que as caixas receptoras forem instaladas, de preferência dentro das dependências da unidade escolar.

Moreira (2007) apresenta em sua pesquisa como o processo de formação dos atores envolvidos aconteceu e como o processo de ensino e aprendizagem foi organizado. Para o desenvolvimento do Educom. Rádio Centro-Oeste, o NCE concentrou seus pesquisadores, professores, profissionais de comunicação e agentes culturais, sendo que parte deles foi formada no Projeto Educom. Rádio, desenvolvido na cidade de São Paulo e outros formados no Educom. TV.



A introdução do conceito e os procedimentos da educomunicação nos espaços educativos de 70 escolas do ensino médio da região Centro-Oeste é um dos objetivos do projeto Educom. Rádio Centro-Oeste. Além disso, constam como objetivos suplementares oferecer subsídios teóricos para a compreensão dos processos comunicativos na sociedade da informação; formar profissionais de educação, alunos e comunidade, para o uso da linguagem radiofônica na escola, ampliando as habilidades de expressão dos participantes; propiciar aos participantes do projeto habilidades voltadas para o campo do planejamento, implementação e avaliação de projetos educacionais através do uso da linguagem radiofônica.

Dentre as atividades realizadas pelo Educom. Rádio Centro-Oeste foi oferecido pelo Núcleo de Comunicação e Educação um curso de aperfeiçoamento dedicado a introduzir o conceito e os procedimentos da educomunicação nos espaços educativos de escolas do Ensino Médio. Participaram dessa atividade formadora 155 professores e técnicos. Foram realizadas atividades presenciais e a distância. Como atividade presencial, simultaneamente aconteceu à realização de três seminários: em Cuiabá-MT, em Campo Grande-MS e em Goiânia-GO, com professores cursistas e equipe técnico-pedagógica. O primeiro seminário contou com a presença dos diretores das escolas. As atividades à distância foram constituídas pelo ambiente virtual de aprendizagem (AVA), em página eletrônica armazenada na rede de computadores (internet), destinada a facilitar o diálogo entre os professores -cursistas e seus tutores. Além do ambiente virtual, o NCE instalou uma linha telefônica de ligação gratuita (0800) para atender qualquer parte do Brasil, promovendo o diálogo entre a equipe do NCE, a equipe técnica e os cursistas. Para facilitar a entrada no ambiente virtual, todos os cursistas receberam treinamento para a utilização do meio. Os acessos eram realizados mediante senha. O AVA esteve disponível durante o curso no endereço [www.educomradio.com.br/centro-oeste](http://www.educomradio.com.br/centro-oeste). Atualmente, o ambiente virtual onde os cursistas encontravam os conteúdos teóricos do projeto não está mais disponível, uma vez que o curso já foi encerrado. Grande parte das informações permanecem disponíveis no endereço [www.usp.br/educomradio/centro-oeste](http://www.usp.br/educomradio/centro-oeste). O projeto não previa a certificação para alunos e membros da comunidade por se tratar de um curso de aperfeiçoamento para docentes. O curso foi certificado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo como curso de aperfeiçoamento de 140 horas.

O curso foi apresentado em quatro tópicos temáticos: Educomunicação e suas linguagens; Pedagogia da linguagem radiofônica; Planejamento da educomunicação em espaços educativos; Projetos de educomunicação com o uso de linguagem radiofônica. Todos os tópicos ofereciam ao professor- cursista problematizações. Cada tópico era composto por texto motivador e de aprofundamento, cujos hiperlinks permitiam chegar aos conceitos expostos e por exercícios de interpretação e gestão.

No documento da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais intitulado “orientativo pedagógico” do ano de 2017, que rege as orientações pedagógicas das superintendências para educação básica, trata-se de diversidades educacionais e da formação dos profissionais da educação básica. Também encontramos as seguintes informações em relação ao Projeto de Educomunicação na parte IV “Núcleo de Projetos Educacionais”:

O Programa Educomunicação é idealizado e mantido pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso- SEDUC/MT atendendo as unidades escolares da rede estadual de ensino. Este programa é de responsabilidade do Núcleo de Projetos Educacionais ligado à Superintendência de Educação Básica da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais. Educomunicação é a forma de educar através da utilização dos recursos de mídia (câmeras filmadoras, câmeras fotográficas, gravadores de som, computador, etc.). O programa tem como objetivo ampliar o coeficiente comunicativo das atividades educativas. Ajudar na competência do manejo das tecnologias da informação e da comunicação visando à humanização das práticas educativas e do exercício da cidadania. Visa garantir a oportunidade de expressão para toda a comunidade, através de processos de compartilhamento de experiências. O programa é um grande campo de pesquisa, reflexão e intervenção social, cujos objetivos se tornam transdisciplinares. São criados espaços abertos para toda a comunidade escolar sentar, dialogar e discutir os problemas da escola, da comunidade, do município, do estado e do país, de forma franca, usando recursos tecnológicos para potencializar essas relações. É um ambiente propício à democracia participativa e a integração social. É a busca da descentralização de vozes, do diálogo, da interatividade, visando equilíbrio e harmonia dentro da diversidade, para um ambiente saudável comunicacional, através de fluxos comunicativos positivos<sup>4</sup> (MATO GROSSO, 2017).

Alencar (2018), em sua pesquisa intitulada *Educomunicação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso: Análises de Experiências das Escolas* estudou a educomunicação desenvolvida por meio de projetos na Rede de Educação Básica do estado de Mato Grosso e abordou a questão da política pública que vem se

---

<sup>4</sup>A íntegra desse documento encontra-se em anexo ao final deste trabalho.

destacando em todo o país. Afirma que esse conceito é inserido na educação formal por meio da pedagogia de projetos. Em sua coleta de dados, utilizou-se de análise documental de instruções normativas e portarias publicadas de 2007 a 2016; relação de atribuições de 2010 a 2016; relatórios de atividades desenvolvidas semestralmente e/ou anualmente das escolas de Mato Grosso com profissional atribuído para desenvolver os projetos educomunicativos nas escolas em 2014 e/ou 2015.

O pesquisador analisou 199 documentos de 99 escolas, distribuídas em 44 municípios do Estado de Mato Grosso. Também realizou entrevista por meio de questionário com o coordenador do Projeto Educomunicação no ano de 2017.

Em sua dissertação, constatou que o conceito de educomunicação não é utilizado na maioria das redações dos documentos escolares que fazem predominantemente uso do senso comum para nortear as suas práticas. Diante dos dados coletados, afirma que os projetos educomunicativos em Mato Grosso são baseados no senso comum sobre o tema e necessitam de uma formação continuada dos professores em educomunicação, para que teoria e prática se desenvolvam juntas. O pesquisador percebeu que os projetos possuem diversas finalidades e vêm tendo em suas experiências individuais resultados satisfatórios. Tendo um constante monitoramento das experiências realizadas alicerçadas em uma base acadêmica, tais projetos poderiam contribuir para ampliar a política de educomunicação do estado de Mato Grosso e levá-la como modelo para ser aplicado em outras localidades.

Alencar (2018) relata que após a revisão de literatura, percebeu a lacuna de conhecimento sobre os projetos desenvolvidos em Mato Grosso. Esse foi um dos pontos que motivaram seu interesse em compreender a inserção da inter-relação educação e comunicação quando estabelecida na educação formal. Conhecer esses projetos e analisá-los, entender se realmente podem ser considerados educomunicativos foi o objetivo de sua investigação.

Em sua pesquisa, o autor afirma que em Mato Grosso há um cenário diferente do qual as pesquisas até então centradas na educomunicação apresentam em torno do conceito. Em revisão de literatura de 243 resultados na busca pelo descritor “educomunicação” nos bancos de teses e dissertações da CAPES (pesquisa realizada em fevereiro de 2017, abrangendo pesquisas em todas as áreas

do conhecimento, não se identificou nenhuma pesquisa que tome como objeto a educomunicação instituída nas políticas públicas em MT, consolidando o caráter inédito daquela pesquisa.

Entretanto, identificou uma pesquisa que aborda a educomunicação na rede estadual de Mato Grosso, ainda em sua fase piloto, quando se tratava apenas de uma experiência que reproduzia um modelo desenvolvido na cidade de São Paulo. Essa dissertação de mestrado é intitulada *EDUCOM. RÁDIO: indícios e sinais*, de autoria de Claudia Consolação da Moreira, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Alencar (2018) relata que, segundo Moreira (2007), o projeto Educom.Rádio Centro-Oeste trata-se de uma versão do *Nas ondas do rádio*, também conhecido como por Educom.Rádio, que atendeu 55 escolas da Secretaria de Educação da cidade de São Paulo nos anos de 2001 a 2004.

Em sua dissertação, Alencar (2018) aponta que de acordo com Soares (2002, 2005) a iniciativa em São Paulo foi concebida por meio de uma parceria entre o NCE/USP com o Projeto Vida (decorrente da lei n. 13096 de 08/12/2000), no intuito de oferecer uma alternativa no combate à violência no contexto escolar da cidade de São Paulo, onde aproximadamente 12 mil pessoas, dentre estudantes, professores, pais e demais membros da comunidade escolar passaram por uma formação sobre linguagem e produção radiofônica.

Em 2004, na cidade de São Paulo, de projeto piloto o programa se consolida como política permanente, sendo aprovada a Lei Municipal Nº13. 941, com regulamentação em 16 de agosto de 2005, que passou a considerá-la como uma política pública, transcendendo políticas de um governo específico para estabilizar-se no contexto da rede municipal de ensino (MESSIAS, 2011 apud ALENCAR, 2018).

Alencar (2018) cita Moreira (2007), que relata que em Mato Grosso o projeto teve adesão da Secretaria de Educação, desenvolvendo um trabalho que incluía a formação de professores e montagem de rádios escolares nas unidades atendidas. Tendo como foco alunos do Ensino Médio, o projeto atuou em 14 municípios com 20 escolas atendidas, abrangendo diferentes microrregiões do Estado.

Alencar (2018) também cita Próspero (2013, p.109), que mostra que a partir da iniciativa do Educom.Rádio, Mato Grosso deu continuidade à proposta e

transformou o projeto de educomunicação em política pública por meio da Lei Estadual nº 8.889/08, de autoria do deputado estadual Alexandre César, sancionada e publicada no Diário Oficial de Mato Grosso em 10 de junho de 2008. Em seu texto, a lei dispõe sobre a implantação do programa “Rádio Escola Independente” da rede Estadual de Educação Básica com o apoio do Governo do Estado e da iniciativa privada para a compra de equipamentos.

Em relação à atribuição dos professores, Alencar (2018) cita em sua dissertação Alencar e Lima (2015) que em pesquisa sobre as publicações da Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT), referentes à contratação ou atribuição de profissionais para trabalharem com projetos de educomunicação na rede estadual de educação básica, identificaram que as instruções normativas ou Portarias de 2007 até 2014 registraram uma diminuição significativa nas condições de trabalho deste profissional.

Alencar e Lima (2015) afirmam que em 2007 a Portaria previa a atribuição de um professor efetivo da área de linguagem com carga horária de 30 horas, dando preferência aos docentes que passaram pela formação continuada do Educom. Rádio. Já em 2008 essa contratação valia tanto para um professor efetivo de Letras ou um Técnico Administrativo Educacional (TAE), podendo ser contratado ou efetivo no regime de 30 horas.

Contextualizando ainda essa questão da atribuição, Alencar (2018) continua citando Alencar e Lima (2015), que trazem o ano de 2010 como o marco de quando as restrições começam a aparecer. Primeiro, com a atribuição para esse projeto sendo exclusiva para professores efetivos, licenciados em Letras. Já em 2013, a educomunicação não foi prevista nos documentos de atribuição ou contratação de profissionais da educação.

Em 2014, o projeto de educomunicação passa a contemplar apenas 1/3 da carga horária (10 horas) dos professores da rede estadual de educação básica, mantendo exclusividade de dedicação ao projeto os professores licenciados em Letras e efetivos na Rede Estadual.

Alencar (2018) compreende que a educomunicação se instala na rede estadual dentro da política de projetos, atribuindo como requisito para gerenciá-lo ser professor de Letras efetivo no Estado. Com o tempo, relativiza-se a dedicação ao projeto como uma ocupação parcial da carga horária deste profissional. O

pesquisador argumenta que, considerando a concepção de educomunicação proposta por Soares (2011), surgiram questionamentos sobre a educomunicação desenvolvida no Estado de Mato Grosso e o perfil profissional dos coordenadores dos projetos nas escolas. Partindo-se dessa inquietação, o pesquisador orientou-se a pesquisar evidências sobre essa questão.

Alencar (2018) coletou os documentos em duas fases: na primeira, foram localizadas todas as portarias e instruções normativas que tinham relação com o projeto educomunicação na Rede desde a sua criação, com o objetivo de entender os critérios de seleção das escolas e profissionais atribuídos. De sua busca junto à Superintendência da Imprensa Oficial de Mato Grosso (IOMAT), 15 documentos foram encontrados, desde a efetivação do Projeto Educativo da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso em 2007 até o ano de 2016, quando foi realizada a coleta de dados.

Em seguida, solicitou a relação das escolas que haviam recebido o Projeto Educomunicação e os relatórios por elas desenvolvidos e a partir desses documentos, teve acesso aos seguintes dados: municípios e escolas contempladas com o Projeto Educomunicação; quantidade de profissionais por escola e carga horária; tipos de processo e período de início e fim de cada contrato; nomes e nível de escolaridade dos profissionais atribuídos.

Também relata que, para compreender a estrutura, a dinâmica e a interpretação do conceito de educomunicação de cada escola, recorreu aos documentos dos projetos enviados à Secretaria de Educação de Mato Grosso, com ações pretendidas e relatórios das atividades desenvolvidas. Esses documentos foram fornecidos pelas escolas por meio de e-mail para controle interno da Coordenadoria de Projetos Educativos da Secretaria de Educação de Mato Grosso. Alencar teve acesso, na primeira fase de coleta de dados, no ano de 2016, por intermédio do até então coordenador do Projeto Educomunicação. Como já mencionado, os 199 documentos correspondentes a 99 escolas contaram com a atribuição dos professores nos anos de 2014 e/ou 2015, localizadas em 44 municípios do estado de Mato Grosso.

Os documentos foram selecionados por apresentarem dados do projeto que respondessem aos objetivos específicos da pesquisa. Dentre esses se encontram: relatórios para implantação do Projeto Educomunicação na escola e solicitação de

profissional para coordenar o projeto; relatório semestral de atividades desenvolvidas na escola; relatório final com descrição das atividades desenvolvidas ao longo do ano. Em resumo, os documentos obtidos revelaram que não havia uniformidade de entrega de relatórios que contasse o registro do trabalho desenvolvido nas escolas.

Com a coleta de dados documentais, verificou-se a necessidade de um posicionamento do coordenador do Projeto Educomunicação para se compreender, a partir dos objetivos específicos da pesquisa, como a Secretaria de Educação entende a função e o papel do Projeto Educomunicação na educação básica matogrossense, para além do que está escrito nos documentos. Ele optou por elaborar um questionário como procedimento de pesquisa, com perguntas abertas e fechadas, tendo direcionado ao coordenador do Projeto Educomunicação em atuação no ano de 2017, Mizael Teixeira Silva.

Alencar (2018) relata que por meio da pesquisa documental teve acesso aos documentos que foram elaborados ou já passaram pelo conhecimento interno da Secretaria de Educação de Mato Grosso para controle de como a política de projetos educacionais estava sendo desenvolvida.

O pesquisador também relata que, com base nas informações postas, percebe-se que o Projeto Educomunicação trata de uma política de educação básica da Secretaria de Educação de Mato Grosso, com uma década de funcionamento, que prevê apoio aos projetos escolares com equipamentos, atribuição de um coordenador para desenvolver as atividades em cada escola e formação continuada. Por meio de relatórios individuais de cada experiência escolar, tem-se uma fiscalização que comporta todos os agentes de uma gestão democrática, desde o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (composto por pais, professores, gestão e funcionários da secretaria e da infraestrutura) à Assessoria Pedagógica (representante local da Secretaria de Educação). De acordo com o pesquisador, o Projeto se estabelecerá como “política de governo”, pois não possuiria lei específica, podendo ser interrompido a qualquer momento, de maneira que todo trabalho construído correria o risco de ser descontinuado, a partir de alegações como contenção de gastos ou remanejamento de funções (ALENCAR, 2018, p. 91).

Carvalho (2018) em sua dissertação intitulada *Formação Cidadã na Escola de Ensino Médio Antonio Ferreira Sobrinho, Jaciara /MT* nos apresenta breve

histórico sobre a educomunicação na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso. De acordo com o sucesso do Educom na rede municipal de São Paulo, o Ministério da Educação ofertou o projeto a três estados da região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), oportunizando a eles a ampliação das práticas educacionais. A autora relata que em 2007 aconteceu em Cuiabá a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): nela estudantes do ensino médio de Mato Grosso entrevistaram cientistas e estudiosos presentes e divulgaram o encontro na web-rádio, dando à reunião uma cobertura de grande proporção.

Em sua pesquisa, ela aponta que os encaminhamentos para escolha do professor educador, em 2012, eram feitos através de portarias, e que em 2013 esse processo sofre um retrocesso, quando já fica restrito à questão interna da SEDUC e das unidades escolares. A autora afirma que o estrangulamento da prática educacional vai se efetivando em portarias publicadas no ano de 2016: relata que nelas não constava embasamento teórico acerca da educomunicação, tampouco era ofertada formação para professores atribuídos para trabalhar com o programa. Em documento solicitado ao órgão sobre qual a concepção de educomunicação implementada, Carvalho informa que a resposta do coordenador do Núcleo de Projetos Mizael Teixeira Silva, obtida via e-mail em 15 de janeiro de 2018, endossa a funcionalidade da prática educacional no ambiente educacional. Contudo, a exclusão de tais informações das portarias deixa dúvidas em relação a como esse projeto ocorre na escola, visto que os professores não têm acesso às diretrizes. (CARVALHO, 2018).

A pesquisadora aponta que essa lacuna teórica atrelada à ausência de formação continuada específica e/ ou a troca de experiências entre as escolas participantes do projetodificulta a acumulação de resultados sobre a implementação da educomunicação enquanto política pública. Em sua pesquisa, apresenta os seguintes dados quanto aos avanços da intervençãoeducadora no Estado de Mato Grosso, desde a realização do Educom. Rádio Centro-Oeste: no ano de 2018, a SEDUC/MT contabilizou 132 escolas e 57 municípiosque possuíam o Projeto Educomunicação, organizando atividades com os alunos em diversas áreas como rádio, jornal, impressos, jornal mural, fotografias, histórias em quadrinhos, redes sociais e blogs educativos.



Em suas considerações finais, Carvalho (2018) considera a relevância da pesquisa para impulsionar uma reflexão acerca dos desafios e perspectivas de desenvolvimento e implantação do projeto educomunicação diante de um contexto social e político que dificulta a implementação de práticas educativas realmente inclusivas e democráticas.

Em atenção ao Processo nº 355052/2019, contendo Despacho nº 1746/2019 do dia 19/09/2019, foi solicitado pela autora desta dissertação à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso autorização para que se pudesse coletar dados sobre a Educomunicação e sobre como o programa havia sido realizado nos anos em que havia sido implantada no ensino da rede estadual. Na oportunidade, foi comunicado que naquele mesmo ano haviam substituído o termo educomunicação por Educarte, projeto este que agregava algumas atividades outrora desenvolvidas pelo extinto programa Educomunicação.

Junto com o documento de resposta foi recebida uma lista das escolas de Cuiabá e como estaria até aquele momento (03/10/2019), a organização das escolas com as atividades. A resposta continha a seguinte observação: 205 Escolas Estaduais, 04 saíram do projeto, 184 atribuíram professor, 17 aguardam atribuição, 76 municípios, 29.276 alunos (estimativas 2019). Quanto às atividades do Projeto Educarte, conforme os quadros das matrizes (5.612 e 5.613) estavam contidas: 1. artesanato; 2. canto coral; 3. rádio escolar; 4. jornal escolar; 5. vídeo; 6. ortografia; 7. danças; 8. outra categoria de arte e cultura; 9. ambientes de redes sociais; 10. robótica educacional; 11. tecnologias educacionais; 12. bandas; 13. percussão; 14. desenho; 15. pintura; 16. teatro; 17. escultura e cerâmica; 18. história em quadrinhos; 19. iniciação musical. Pela leitura dessas informações, podemos perceber que das dezenove atividades oferecidas, cinco delas equivalem as do programa educomunicação.

Ao consultarmos sobre como o projeto Educarte vem sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), encontramos a Portaria nº619/2020 SEDUC/MT, consultada em 02/12/2020 no site que está nas referências desse trabalho. Ele dispõe, em seu artigo 28, sobre o processo de atribuição, cargo e funções dos profissionais da educação da Rede Estadual de Ensino, nas unidades educacionais que constam as informações que na sequência serão pormenorizadas.

No ano letivo de 2021, o projeto Educarte atendeu somente os componentes do Campo da Música (Banda e Fanfarra), e liberou 01 (um) Professor na função, com a carga horária de 10 ou 20 horas semanais, conforme a necessidade apresentada e o número de alunos inscritos, nas escolas cujos projetos foram analisados e deferidos no ano letivo de 2020. A atribuição no Educarte deve respeitar os seguintes critérios: I - Professor efetivo habilitado em Arte para atribuir em aulas adicionais, com habilidade para trabalhar os componentes do Campo da Música selecionados pela Escola e identificados no projeto pedagógico; II - Na falta de professor efetivo habilitado em Arte, poderá ser atribuído, em aulas adicionais, professor da área de Linguagens, com habilidades para trabalhar os componentes do Campo da Música selecionados pela escola e identificados no projeto pedagógico; III - Não havendo professor efetivo, poderá ser atribuído professor de contrato temporário, habilitado em Arte, com habilidade para trabalhar os componentes do Campo da Música selecionados pela escola e identificados no projeto pedagógico; IV - Na falta de professor contrato temporário habilitado em arte, poderá ser atribuído professor contrato temporário da área de Linguagens, com habilidade para trabalhar os componentes do Campo da Música selecionados pela escola e identificados no projeto pedagógico; V - Na falta de professor contrato temporário habilitado em linguagens, poderá ser atribuído professor contrato temporário de outra área do conhecimento, com habilidade para trabalhar os componentes do Campo da Música selecionados pela escola e identificados no projeto pedagógico. Para atendimento de turmas que possuem a faixa de 20 a 59 estudantes, será liberada a carga horária de 10 horas; para atendimento de turmas com 60 estudantes ou mais, ou escolas que desenvolvem atividades musicais, será liberada a carga horária de 20 horas (p. 5/23).

Em relação às orientações pedagógicas, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MT) traz a seguinte identificação do projeto, o seu objetivo e a quem se destina:

ORIENTAÇÃO PEDAGOGICA 2020 I. IDENTIFICAÇÃO O Projeto de Arte, Música e Comunicação - EDUCARTE tem como base legal a LDB n. 9394/1996, e estabeleceu a Arte com o objetivo de estimular a criatividade e ampliar a visão de mundo dos estudantes; a Lei n. 17.769 de 2018 que alterou essa LDB favorecendo o trabalho com a Música na Educação, que fundamentaram o trabalho inicial em 2009, com atribuição de profissional para atuar na Função em Projeto, com uma trajetória de organização de projetos pedagógicos diferenciados e que contemplaram várias unidades

escolares da rede: Projeto de Banda e Fanfarra Escolar, 2009 a2012; Projeto Interdisciplinar de Arte na Escola, PRINART, 2013 a2018 e o atual EDUCARTE. A Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer (SEDUC/MT) criou e mantém o Projeto EDUCARTE na rede estadual de ensino. As legislações e documentos que normatizam o atendimento para o ano letivo de 2020 são: Portaria n. 67212019, Art.25, publicada no D.O.E. de 2019, p.51; e esta Orientação Pedagógica, construída e encaminhada por e-mail para as Unidades Escolares da rede estadual de ensino e Assessorias Pedagógicas. O Educarte é de responsabilidade do Núcleo de Programas e Projetos, da Superintendência de Políticas da Educação Básica e Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais (SAGE/SEDUC/MT). O NUPP analisa e emite parecer sobre os projetos recebidos pela Secretaria de Educação. As Unidades Escolares com projeto aprovado para o Educarte recebem acompanhamento pedagógico e são avaliadas quanto ao desenvolvimento dos trabalhos neste projeto pedagógico durante o ano letivo.

2. OBJETIVOS a) Garantir aos estudantes matriculados na rede estadual de ensino, a participação no projeto Educarte, nos Componentes selecionados pela Unidade Escolar - Disciplina Optativa/Atividade Complementar/Projeto Educarte; b) Possibilitar a integração do Educarte de forma inter e transdisciplinar na Educação Básica em prol da melhoria da Educação; c) Fortalecer aspectos prioritários no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, como: participação, comunicação/integração, reconhecimento e desenvolvimento de habilidades despertadas através dos componentes do projeto, trabalho em coletividade, respeito, ética, disciplina, produtividade, aprendizagem colaborativa, entre outros. d) Enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, com destaque para a formação social no processo educacional, além de desenvolver habilidades dos/nos alunos com flexibilidade do horário de atendimento, principalmente em regime de contraturno.

2. A QUEM SE DESTINA O PROJETO EDUCARTE? O projeto tem como foco o atendimento a estudantes devidamente matriculados nas etapas e modalidades de ensino da educação básica em unidades escolares da rede estadual de ensino. A Unidade Escolar interessada na continuidade ou implantação do Projeto Educarte para2020 deverá seguir o disposto no art. 25 da Portaria n. 672/2019 e nos itens 3, 5 e 6 desta Orientação Pedagógica. A participação do aluno no projeto se dará no contraturno da sua escolarização ou na forma organizada pela Unidade Escolar, sem, contudo prejudicar o horário das aulas da etapa ou modalidade em que o aluno estiver matriculado.

Diante de todo o exposto, percebe-se pelas informações acima relacionadas, referentes aos sucessivos projetos Educomunicação, Prinart e Educarte na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso que parece estar se confirmando a hipótese de pesquisa desta dissertação, a qual aventava um progressivo processo de desinstitucionalização das premissas educacionais na regência das práticas educativas no ensino formal do estado do Mato Grosso.

### **CAPÍTULO 03- CICLO DA POLÍTICA DE EDUCOMUNICAÇÃO: O CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS E AS CONTINGÊNCIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO**

O processo de elaboração de políticas públicas (*policy-making process*), também é conhecido como ciclo de políticas públicas (*polycycle*). O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Apesar de várias versões sobre o ciclo, ele restringiu o modelo a sete fases principais: 1. identificação do problema, 2. formação de agenda, 3. formulação de alternativas, 4. tomada de decisão, 5. implementação 6. avaliação, 7. extinção. Aponta-nos, ainda, que um problema nem sempre é reflexo da deterioração de uma situação de determinado contexto, mas sim de melhoria da situação em outro contexto. A formação da agenda parte de temas entendidos como relevantes (SECCHI, 2012).

Tal contribuição nos leva a refletir sobre a relevância da abordagem da educomunicação como política pública. Como já discorrido neste trabalho, esta área do conhecimento possibilita ampliar o olhar comunicacional do sujeito, despertando a sua consciência, o seu lugar de fala, de forma a ampliar o seu juízo crítico quanto à leitura das informações veiculadas pelos meios de comunicação. Temos vivenciado momentos exemplificativos, na vida nacional, do quanto a desinformação (ou informação mal lida e mal interpretada) podem alienar os sujeitos e produzir efeitos deletérios ao convívio social democrático. Ainda podendo estimular as pessoas a igualmente disseminarem falsas informações, num ciclo vicioso difícil de ser revertido.

Assim sendo, pensar a comunicação e educar o sujeito para lidar com ela deve estar presente na agenda política democrática, compondo alternativas de implementação de programas que viabilizem tais práticas nas políticas educacionais. Muito mais do que idealizar esses programas, no entanto, é preciso que eles cheguem com clareza às pessoas que deverão implementar essas práticas no cotidiano escolar, no chão da escola.

Segundo Secchi (2012) em relação às tomadas de decisão,

[...] o mais frustrante dessa história toda: frequentemente, após serem tomadas as decisões, as políticas públicas não se concretizam conforme idealizadas no momento do planejamento, seja por falta de habilidade administrativo organizacional, seja por falta de legitimidade da decisão ou pela presença de interesses antagônicos entre aqueles que interferem na implementação da política pública (SECCHI, 2012, p.42).

Existem muitos interesses em jogo em um momento de avaliação da política pública. Os usuários, os partidos políticos, os financiadores políticos e econômicos da política pública, as agências responsáveis pela sua execução e os atores encarregados pela avaliação são alguns portadores de interesses. A manipulação da opinião pública a favor ou contra o desempenho de uma política sempre existiu, assim como pode existir a manipulação dos mecanismos de avaliação (SECCHI, 2012).

Próspero (2013) tratou inserção e do desenvolvimento da educomunicação em 2007 no Programa Mais Educação, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), como parte da política pública para o melhoramento da educação básica do país. Na ocasião, a educomunicação foi incluída como um dos dez macrocampos criados para orientar as atividades de rádio, jornal, fotografia, vídeo e história em quadrinhos com os alunos.

De acordo com a autora,

A pesquisa constatou que o programa é um espaço promissor para a disseminação da educomunicação formal pelo seu alcance. O estudo mostrou, mais uma vez, que há no programa um ambiente mais oportuno para que a comunicação seja assumida como componente do processo pedagógico e não apenas como ferramenta à disposição de disciplinas. No entanto, a complexidade de implementação da política pública num país como o Brasil, com suas especificidades regionais, assim como as orientações filosóficas e pedagógicas dos diversos atores locais envolvidos, pode prejudicar os resultados finais de desenvolvimento das práticas educacionais escolares (PRÓSPERO, 2013, p.6).

Os resultados apresentados por Próspero (2013) tornam notório a forma como, infelizmente, o processo foi conduzido, sem levar em consideração o resultado a ser obtido. A autora aborda o desafio que o conceito de educomunicação enfrentou para legitimar-se junto às políticas públicas, por ser entendida apenas como alternativa experimental no ensino básico. Em outras palavras, a educomunicação enfrenta o desafio de apresentar-se como um paradigma em condições de mobilizar sistemas formais de ensino para mudanças conceituais para além da didática ou da prática de ensino.

Próspero (2013) relata ainda que, de acordo com entrevista concedida em abril de 2011, em Brasília, pela diretora de Currículos e Educação Integral, Jaqueline Moll, o MEC trocou o termo “educomunicação” pelo fato de que ainda não fazia parte do dicionário de língua portuguesa. Entretanto, Moll enfatizou que a sua proposta e conceitos foram mantidos.

Martins (2019), por sua vez, comenta o resultado de uma pesquisa em relação a como os professores de educação básica têm discutido as políticas educacionais no chão da escola. O texto traz elementos que nos ajudam a compreender qual o nível de consciência e apropriação pelos docentes sobre as políticas educacionais, a exemplo das pautas da Escola Sem Partido, das avaliações externas, das leis que regem a sua prática, do piso salarial, dentre outras. Defende que é necessário conhecer o que os professores têm discutido e identificar os discursos que se fazem presentes na escola. Para tanto, partiu das contribuições de Fairclough (2016), o qual destaca que o discurso envolve diferentes tipos de linguagens, de relações e se modifica por contextos e/ou sujeitos.

Martins (2019) destaca que Fairclough (2016) identificou algumas tendências e mudanças discursivas que promovem mudanças mais gerais do ponto de vista social e cultural, entre os quais a comoditização. Tal expressão foi utilizada pelo autor para designar o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais cujo propósito não seja produzir mercadorias (*commodities*) no sentido econômico restrito, de artigos para a venda, estão sendo organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (FAIRCLOUGH, 2016).

Assim a escola, instituição educacional que não teria como finalidade a produção de mercadorias, passa a empregar discursos marcados por expressões originárias de instituições voltadas para as demandas comerciais, tais como mercado educacional, alunos clientes, empreendedorismo, habilidade e competência, pacotes de conhecimento, treinamento, etc. O processo de comoditização, aliado ao gênero publicitário, tem contribuído para a constituição de identidades sociais e, do ponto de vista ideológico, é muito eficaz, quando se naturaliza, tornando senso comum (MARTINS, 2019, p.8).

Nos resultados da pesquisa, a autora apresenta dados que vão ao encontro desta análise: as respostas dos professores entrevistados demonstraram baixa adesão aos temas de políticas de educação supramencionados. A alegação foi de que há pouca ou nenhuma existência de discussões sobre políticas no interior da escola e, quando há, os debates não são muito aprofundados. Os assuntos que mais

ganham repercussão nos encontros coletivos, que não são muitos, são acontecimentos do cotidiano escolar. A pesquisa também constatou que não há uma provocação em relação às políticas educacionais, e as alegações são inúmeras: falta de tempo, comprometimento das relações interpessoais, sobrecarga de atividades.

Algo que nos chamou muita atenção no resultado dessa pesquisa é que, quando interrogados sobre como são abordadas ‘no chão da escola’ as políticas educacionais que estão sendo implementadas, ou como se informam a respeito delas, os professores respondem que se dá “mediante interesse particular”; ou porque a Secretaria de Educação impõe a atividade, ou ainda se informam por meio da internet, de grupos para trocas de mensagens. A nosso ver, esses modos de se informar são úteis, mas ao mesmo tempo frágeis em relação às abordagens que muitas vezes não passam de *fake news*, ou de meias verdades, distorcidas.

É importante o fortalecimento de redes envolvendo diversas instituições, como sindicatos e associações de pesquisa para a criação de mecanismos de comunicação acessíveis, de fácil compreensão, que possam disputar ou se aliar a aplicativos já utilizados pelos professores nas escolas, mas de forma a fornecer elementos que superem a superficialidade das discussões e que possibilitem leituras e interpretações resistentes, às quais reflitam sobre o processo de comoditização educacional e contribuam para defesa dos princípios de uma sociedade mais justa, acolhedora e democrática (MARTINS, 2019).

Essas informações nos instigaram a questionar: como tem sido o envolvimento dos atores sociais (professores, alunos, comunidade escolar) com a incorporação da educomunicação pelas escolas? Mais do que isso: para que a proposta da educomunicação seja compreendida nas escolas em sua amplitude, precisa ser apropriada pela sociedade para que seja legitimada enquanto educação para os meios de comunicação, não constrangida a ser mera visão instrumental do uso das mídias em uma prática tecnicista. Eis porque não é possível conceber a educomunicação de forma reducionista, consistindo apenas no uso dos meios.

Lotta (2019) auxilia-nos na compreensão sobre porque há diferenças entre os objetivos planejados e os resultados alcançados nas políticas. Abrir a caixa preta dos processos de concretização das políticas públicas permite compreender as decisões tomadas e as consequências dessas decisões. A autora aponta que essa

diferença, vista de forma sistemática em vários estudos, levou alguns autores a concluírem: algo está acontecendo entre o momento da formulação e os resultados efetivamente alcançados pelas políticas públicas. Com essa preocupação em mente, Pressman e Vildawsky (1973) lançam o livro *Implementation*, com um subtítulo que situa exatamente a preocupação: como grandes expectativas elaboradas nas capitais nacionais são adulteradas em pequenos municípios do interior. Inaugura-se assim, o campo de estudos sobre implementação de políticas públicas.

Gabriela Lotta (2019) apresenta a primeira geração dos estudos sobre implementação de políticas públicas, ainda nos anos 1970, que provinha dessas preocupações iniciais em compreender o que acontecia quando as políticas públicas subvertiam os resultados previamente desenhados. Esses estudos tinham uma forte preocupação normativa baseada num ideal democrático de funcionamento do Estado (provindo de uma tradição weberiana). Compreendiam que as decisões legítimas no Estado deveriam ser tomadas pelos políticos eleitos democraticamente. Assim, se atores burocráticos (não eleitos) tomassem decisões durante a implementação, que alterasse objetivos ou tarefas previamente desenhadas, seria uma subversão ou perversão com risco de comprometer a própria democracia. Por olhar de cima para baixo, esta é a chamada análise *top down* de implementação. Acumulando diversas pesquisas, os autores dessas perspectivas vão concluir que as políticas falham sistematicamente porque a implementação simplesmente não ocorre, porque há muitos atores e valores distintos envolvidos no processo.

Em contraposição a essa primeira geração de estudos, Lotta (2019) apresenta também a segunda, denominada *bottom up*. Para esses autores, a implementação não é falha. Políticas públicas são compostas por múltiplos processos e são atividades contínuas que exigem tomada de decisão permanente. A implementação é apenas uma parte desse processo e ela também exige decisões. Isso porque nem tudo é passível de ser previsto, controlado ou normatizado. Para esses autores, a análise de políticas públicas deve olhá-las de baixo para cima, tendo como base o que acontece no momento de implementação (analisando, por exemplo, salas de aula, consultórios médicos etc.). A abordagem *bottom up* está preocupada em compreender a “política como ela é”, com foco no que de fato acontece, sem preocupação nem com a legitimidade e nem com a conformidade ao desenho normativo.



A autora aponta que atualmente estamos na geração marcada por temas relacionados a novos modelos de ação estatal que se complexificaram após os processos de reforma do Estado. Lotta (2019) aponta um último elemento constitutivo dos estudos de implementação: eles se propõem a entender “a política como ela é”, ou seja, não apenas a analisar como ela deveria ser, como está escrito nas normas que deveria funcionar, mas como de fato acontece. Estudos de implementação se propõem a investigar para além da forma, do oficial e do normativo. Propõem-se a desvendar processos decisórios na maneira como eles ocorrem, envolvendo os atores que envolvem e gerando as conclusões que geram. Esse olhar para a realidade de forma analítica e não “condenatória” é uma dimensão constitutiva dos estudos sobre a implementação de políticas públicas.

Diante dos estudos sobre a implementação de políticas públicas, e de seu vasto campo de recortes analíticos e de objetos, optamos por focar mais nos estudos que analisam os burocratas de nível de rua por assim compreender a sua importância para esse campo de pesquisa.

Lotta (2019) explica que os burocratas de nível de rua têm como papel transformar políticas abrangentes (muitas vezes ambíguas e contraditórias) em ações práticas dentro de contextos específicos, com situações imprevisíveis e recursos escassos. Ou seja, é um trabalho altamente criativo, imprevisível e potencialmente incontrolável. E eles fazem tudo isso exercendo o que a literatura denomina de discricionariedade, que é a margem de liberdade para tomada de decisão que os burocratas de nível de rua possuem.

#### CAPÍTULO 04-DESENHO, TÉCNICAS E CONDIÇÕES DA PESQUISA SOBRE EDUCOMUNICAÇÃO EM MATO GROSSO

Esta pesquisa propôs-se a realizar um estudo de caso, com o intuito de compreender a institucionalização e posterior desinstitucionalização do programa educomunicação como política pública na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC).

Um estudo de caso é um aprofundamento na compreensão da particularidade e complexidade de um único caso (ou casos, quando é múltiplo). Para Robert Stake (apud YAZAN, 2006) dentre suas características estão: ser

holístico (pois considera a inter-relação entre o fenômeno e seus contextos); empírico (já que baseia o estudo nas observações de campo); interpretativo (pois se sustenta sobre a intuição, sendo a pesquisa percebida, basicamente, como uma interação pesquisador-sujeito) e enfático (reflete sobre experiências dos sujeitos em uma perspectiva êmica).

O estudo de caso é entendido como sendo composto por cinco elementos: 1. as questões de estudo; 2. suas proposições, se houver; 3. sua(s) unidade(s) de análise; 4. a lógica que une os dados às proposições e 5. os critérios de interpretação dos resultados. Ao projetar a investigação, o pesquisador deve ter certeza de que esses componentes estão coesos e coerentes entre si. Robert Yin (2002) dirige especial atenção ao quarto e ao quinto deles, os quais se referem ao planejamento dos passos da análise de dados. Ele também aconselha que os investigadores planejem, muito consciente e rigorosamente, estes “componentes menos bem desenvolvidos”, a fim de que sua investigação tenha uma base sólida nas operações de análise (YIN, 2002, p. 26).

Ainda sobre o estudo de caso, vale-se da categorização, que é um procedimento para agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles, ao organizá-los e interpretá-los. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo. Esses critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas. Podem ser sintáticos, definindo categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios expressivos focalizando em problemas de linguagem. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios (MORAES, 1999, p. 12). Segundo Almeida (2005),

o estudo de caso foi elaborado primeiramente na área médica e psicológica, com a finalidade de compreender as causas e o funcionamento de uma patologia específica. O pressuposto é que o estudo intenso de um fenômeno complexo, segundo diferentes perspectivas, é capaz de revelar planos estruturais que também podem ser encontrados em outros casos. Mais do que uma ferramenta específica de produção de dados, trata-se de uma estratégia que mobiliza diferentes metodologias, sobretudo as de caráter qualitativo (como observação participante, entrevistas em profundidade, histórias de vida etc.), mas também quantitativo (*surveys*, dados quantitativos secundários, mapeamentos etc.). O estudo de caso pode ser definido como um procedimento metodológico com pretensões holísticas, na medida em que procura apreender diversas dimensões de um fenômeno ou evento social específico (ALMEIDA, 2005, p. 60).

O autor ainda traz mais elementos para a definição sobre o estudo de caso: trata-se de uma investigação cuja finalidade é descrever e analisar acontecimentos, agentes e situações complexos, com dimensões variáveis em interconexão. Isso exige, por um lado, a utilização de técnicas variadas, distintas escalas empíricas e, por outro, a integração dos dados em diferentes áreas técnicas e do conhecimento.

Para responder às questões que norteiam esta pesquisa, foi preciso a priori ampliar a compreensão da autora sobre a investigação em ciências sociais.

O que é que, na melhor das hipóteses, se aprende de fato, no fim daquilo que é geralmente qualificado como trabalho de “investigação em ciências sociais”? A compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p.9).

Com o intuito de aprofundar o tema da pesquisa, a coleta de dados partiu da realização de uma entrevista exploratória, que certamente ajudou a constituir a problemática da investigação.

A escolha metodológica por partir da entrevista exploratória converge justamente com a função principal associada a essa estratégia, de revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo. Assim, tal entrevista permite completar as pistas sugeridas pelas leituras (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p.33).

Neste sentido, nunca podemos dizer que as entrevistas exploratórias em investigação social são rigorosamente não diretivas. Com efeito, a entrevista é sempre pedida pelo investigador, e não pelo interlocutor. Refere-se mais ou menos diretamente ao tema imposto pelo investigador, e não àquilo de que o interlocutor deseja falar. Finalmente, o seu objetivo está ligado aos objetivos da investigação, e não ao desenvolvimento pessoal da pessoa entrevistada. Tudo isto soma muitas diferenças, e não são pequenas. É por isso que se fala cada vez mais de entrevista semidiretiva ou semiestruturada.

Ainda sobre a entrevista semidiretiva ou semidirigida, os autores afirmam que é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidiretiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem contém um grande número de perguntas

fechadas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. Tanto quanto possível “deixará andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente, com palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p.96).

Para a realização da fase exploratória foram utilizados procedimentos de análise integrativa sobre o conceito de educomunicação, pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, contemplando as percepções das principais referências contemporâneas sobre a temática, além de teses e dissertações que abordaram a educomunicação como política pública, especialmente considerando, de uma forma muito particular, as que trataram sobre a implantação e a implementação da educomunicação como política pública na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso.

Além da revisão de literatura sobre o tema, realizamos uma entrevista, no dia 16 de novembro de 2020, concedida pelo Dr. Alexandre César, que se apresentou como oportunidade de questionar sobre a lei de sua autoria nº 8.889/08, sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 10/06/2008, quando Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do programa “Rádio Escola Independente” na rede estadual de ensino. Também nos utilizamos de questionário elaborado na plataforma Google Forms para acessar professores da rede básica do Estado do Mato Grosso sobre o tema educomunicação e as suas práticas docentes educacionais.

Desenvolvemos, também, um questionário através da plataforma Google Forms, com o objetivo de compreender como a educomunicação é percebida pelos profissionais da educação básica e de que modo está inserida em suas práticas pedagógicas. O questionário foi aplicado para 30 professores; solicitamos a eles que participassem conosco dessa pesquisa, mas somente 8 profissionais da rede básica estadual de educação de Cuiabá nos enviaram a resposta. Dentre os que

responderam, a maior parte informa praticar o uso de estratégias midiáticas e digitais como recurso de ensino e aprendizagem em sala de aula, porém afirmam ou desconhecer ou saber muito superficialmente sobre a educomunicação.

A respeito do questionário, Quivy e Campenhoudt (2005) sustentam que consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, tanto melhor quanto seja representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto de interesse dos investigadores. O inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo fato de visar à verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Por isso, esses inquéritos são geralmente muito mais elaborados e consistentes do que sondagens. À maior parte das perguntas são normalmente pré-codificadas, de forma que os entrevistados devem obrigatoriamente escolher as suas repostas entre as que lhes são formalmente propostas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005).

## CAPÍTULO 05- GÊNESE DE UMA INSTITUCIONALIZAÇÃO, HISTÓRIA DE VIDA POLÍTICA

Em entrevista realizada no dia 16 de novembro de 2020, concedida pelo Dr. Alexandre César pudemos conhecer sua percepção sobre o processo de instituição da lei de sua autoria nº 8.889/08 sancionada e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 10/06/2008, quando Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do programa “Rádio Escola Independente” na rede estadual de ensino.

A título de introdução, Alexandre César mencionou que a ocasião oportuniza rememorar as contribuições que deu no exercício do mandato parlamentar. O assunto ativou suas lembranças sobre a discussão de inconstitucionalidade da iniciativa parlamentar, que acabou passando, segundo ele, por conta de ampla negociação e mobilização, inclusive dos estudantes e dos professores que estavam

envolvidos com o projeto, porque ele já estava de certa forma em andamento. Afirma ter conseguido “convencer o Secretário de Educação e o próprio Governador, além dos pares na Assembleia”, que seriam “coisas da estrutura política institucional brasileira”. A divisão das competências acabaria limitando as ações parlamentares e “só mesmo com muita luta e muita mobilização é que se consegue fazer coisas concretas, e não ficar só no plano ideal”, conforme o entrevistado.

Antes da discussão sobre o projeto de lei da Educomunicação, foi demandado ao entrevistado que restituísse a trajetória biográfica e construção profissional, até a nomeação para o mandato na Assembleia Legislativa. Informou ser bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, tendo feito depois o mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina na área de Teoria e Filosofia do Direito. Mais recentemente, “depois de um longo e tenebroso inverno político que o afastou da academia”, conseguiu concluir o doutorado, iniciado ainda no fim do segundo mandato parlamentar, e concluído em 2019 na Universidade Federal do Pará, na área de Direitos Humanos do Meio Ambiente. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, onde coordena o Núcleo de estudos jurídicos e pesquisas ambientais (NEPA), sendo também responsável pela disciplina de Direito Administrativo. É também procurador de carreira do Estado de Mato Grosso e coordena o núcleo de patrimônio tanto mobiliário quanto imobiliário do Estado.

Quanto à trajetória política, afirma militar politicamente desde o Ensino Médio, concluído na Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Além da militância no movimento estudantil, assim que ingressou na Universidade, diz ter passado a atuar com maior proximidade da vida político-partidária, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido político para o qual já militava desde 1987 para 1988 (informalmente desde 86), no núcleo de estudantes petistas da UFMT. Depois, em 1987, teve um tipo de filiação interna, para oficialmente encaminhar filiação durante a campanha presidencial de 1989. Afirma ter permanecido filiado no PT “por trinta e tantos anos”, desfiliando-se há poucos anos, por uma questão do grupo político que decidiu outra trajetória: “fomos para o Partido Democrático Trabalhista (PDT)”. Hoje, afirma não estar mais filiado ao PDT, embora o seu grupo político esteja. Em razão disso, conta ter passado a militar internamente no partido, além de também militar nas áreas de atuação profissional: foi da Diretoria da ADUFMAT, a seção sindical

regional do ANDES (Sindicato nacional dos docentes de ensino superior) e envolveu-se com a Associação dos Procuradores, da qual foi presidente por dois mandatos.

Por toda essa “atividade consorciada”, tanto do ponto de vista sindical quanto do ponto de vista político-partidário, acabou desembocando num determinado momento “na opção de ser candidato”. Foi candidato a vice-prefeito, candidato a governador do Estado, presidente do partido no Mato Grosso por quatro anos, mesmo período em que foi candidato a governador, a prefeito de Cuiabá e depois exerceu por dois períodos mandato de deputado estadual. Nesse meio tempo entre a candidatura de governador em 2002 e a de prefeito 2004, também ocupou um cargo em Brasília, tendo sido Secretário Nacional de Desenvolvimento do Centro-Oeste no então Ministério da Integração Nacional durante o primeiro governo de Lula, quando Ciro Gomes era ministro. Afirma ter trabalhado no projeto que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). A regional do Centro-Oeste, segundo o entrevistado, teria sido a primeira a ser extinta e foi a última ser recriada: extinta ainda no governo Collor, enquanto a SUDAM e a SUDENE o foram no governo Fernando Henrique. Foram recriadas a SUDAM a SUDENE e por último a SUDECO, “que era uma briga nossa com o ministro, que não queria a SUDECO”. Relata que, segundo o Ministro, o Centro-Oeste não precisaria de agência de desenvolvimento “porque é uma região dinâmica”. A recriação da superintendência do Centro-Oeste, conforme sua narrativa seria devido a um esforço de articulação junto ao gabinete do Presidente Lula e a Casa Civil, tendo obtido êxito de convencê-lo. A SUDECO é uma realidade hoje, ainda que “não bem no formato que a gente propôs”.

O interlocutor de pesquisa afirma ter retornado a disputar várias eleições, sendo que duas foram para Deputado Estadual: primeiro ficou como suplente, assumindo quando Ságuas Moraes, que era Deputado, foi ser Secretário estadual de Educação do segundo governo de Blairo Maggi. Acabou assumindo o mandato na Assembleia, entrando na base do governo: alega que tinham “a maior secretaria em número de servidores e inserção territorial”. Nesse período, diz ter sido presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia por dois períodos,

quando fez “o trabalho de articulação”: entre o trabalho na secretaria, sobre o qual o partido tinha responsabilidade, e como o mandato estava pela metade, havia uma comunicação muito próxima em alguns assuntos. Comenta na sequência, dizendo que usaria uma “figura leve”, que “tem essa coisa do sistema presidencialista brasileiro” em “oprimir o parlamento”: complementa a crítica institucional citando que “alguns dizem que é o parlamento que oprime o executivo, mas depende da situação”.

Uma coisa é como a gente vê o Congresso Nacional, o país vê o Congresso, mas a relação dos Estados é um pouco diferente e nos municípios mais ainda. Então, essa relação de recursos, de emendas, de viabilização das ações concretas que a maior parte da população não consegue entender, não é atribuição do parlamentar e acaba por gerar um grau de promiscuidade e de opressão mesmo, eu digo até de opressão. Ninguém, não estou vitimizando ninguém, mas é uma relação de dependência e não é à toa que isso gera maiorias falsas do ponto de vista ideológico, do ponto de vista programático, no Governo Federal.

Quanto ao contexto de emergência e a trajetória de institucionalização do projeto de lei sobre a educomunicação, o entrevistado relata que a questão se propiciou devido à sintonia e ao diálogo com a equipe da Secretaria de Educação. Quanto ao projeto de lei, foi compactuado entre a Secretaria e seu gabinete que acompanhasse. Ságuas, quando ainda estava no mandato anterior na Assembleia, tinha identificado um programa nacional nesse sentido. Quando chegou à Secretaria, reuniram-se para estruturar uma agenda comum: um dos temas aventados foi à rádio escola, que Ságuas já conhecia: “você precisa conhecer, muito legal”. Relata terem ido na escola na Morada do Ouro, fazer uma visita e conhecer a “gurizada do grêmio que ‘tocava’ a Rádio Escola”. Reconhece tratar-se de um projeto (“não acabou, ainda está aí, embora ‘malemá’”, conforme César) muito legal, “uma rapaziada muito antenada com as coisas, muito dinâmica”.

Diz que toda semana eles estavam no gabinete e faziam reunião, igualmente visitando as experiências escolares, conhecendo outras rádio-escola através do contato com os movimentos estudantis: “tal lugar também tem, a gente podia fazer uma reunião, “queria” que você participasse”. Embora não fosse a todas, afirma que valorizava a proximidade, também por contada trajetória no movimento estudantil (nessa ocasião, acrescenta que também foi envolvido com o movimento universitário, dirigente do centro acadêmico, do diretório central dos estudantes (DCE) e até diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE). Atribui a essa



trajetória no movimento estudantil também haver em seu gabinete muita sensibilidade para a pauta, porque estavam lá “vários companheiros dessa caminhada, dessa trajetória de décadas”.

Também estavam bastante sensibilizados para necessidade de uma interlocução mais próxima com o movimento estudantil, que naquele momento estava numa situação... acho que não mudou muito também, o descenso dos movimentos sociais em geral. Tinha essas questões pontuais, que não era uma motivação política ideológica, era uma política educacional, uma política cultural, uma política para a comunicação. Acabou mobilizando essa galera, o projeto foi construído ali com essas reflexões. Também com o material que a gente tinha, tanto do governo federal quanto da secretaria, e tramitou.

A respeito do problema já mencionado de inconstitucionalidade, afirma ter minimizado: “todo parlamentar tem iniciativa com um projeto de lei que gera obrigações para os executivos, criando uma política pública”. Associando sua prática parlamentar com a docência no ensino superior, César diz ensinar a seus alunos que “autorização não é dada sem ser pedida, a gente chama isso de vício de origem iniciativa”, mas justifica que o projeto da educomunicação “acabou passando e está aí a lei até hoje”: segundo o entrevistado, “passou porque a gente foi conversando”.

Sobre o ato de sanção da lei pelo Executivo estadual, após a aprovação na Assembleia, o entrevistado restitui:

quando chegou no Palácio nós fomos lá, fomos com a gurizada, com o secretário e o governador falou: ‘pode fazer, tem dinheiro do Governo Federal, não vai gerar muita despesa extra, fica tranquilo’. Então ele sancionou a lei. Foi também o trabalho de convencimento, porque obviamente tinha uma política pública já estruturada. A lei veio para dar formalidade, como deve ser, inclusive: a lei não deve criar uma coisa que não tem, isso a gente estuda lá, no primeiro ano da Faculdade de Direito, que a lei não pode criar uma realidade, ela tem que ser fruto dessa dinâmica da sociedade, das demandas que a sociedade apresenta, isso “para o bem e para o mal”.

Na sequência, aprofunda a discussão sobre a institucionalização por lei. “Não tem um ‘legislador’, aquela figura mítica da filosofia grega, os sábios, os filósofos, os reis filósofos do Platão, não existe: a sociedade toda avança, não tem gente iluminada dizendo se a demanda está certa”. Segundo César, o projeto “foi exemplo de junção de esforços de um movimento que existia nas escolas, na sociedade, de uma política pública em estruturação, uma sensibilidade do governo federal, do governo estadual, uma sintonia entre os dois níveis”. Na Assembleia, o

jogo político mobilizado em prol da aprovação implicou no reconhecimento dos vários mandatos sensíveis à educomunicação, mas também em um trabalho de formação de maioria em torno de negociação parlamentar por apoio: "- ajuda aprovar esse aqui", "- mas é inconstitucional", "-tem o seu também que é", "- então deixa o problema lá com o governador, se ele quiser", "- ah! mas nós temos que nos preocupar": em outras palavras, sustenta que "tem o discurso formal, mas quem tem que decidir se veta ou se sanciona é o Governador".

Não posso admitir que o Parlamento aprove uma lei que comprometa um terço do orçamento Estadual com política que obviamente vai inviabilizar muitas outras, mas nesse dia a dia é importante que o Parlamento possa ter algum grau de liberdade. Enfim acho que foi essa a memória de primeiro plano que eu tenho. E da presença do menino que era muito ativo nessa liderança do Grêmio e nessa interlocução a Seduc, acho que o apelido dele era Lulinha, alguma coisa assim, e toda semana ele estava lá no gabinete.

Perguntado sobre a implantação nas escolas, posterior à aprovação da lei pela Assembleia, o entrevistado afirma que já havia algumas iniciativas. Com a formalização pela lei, as escolas foram informadas, passaram a demandar os equipamentos, a qualificação para operá-los, o que foi se expandindo: "me lembro que esse pessoal que estava envolvido inicialmente no projeto, acho que tinha um aporte, uma ajuda para que essas experiências pudessem ser replicadas".

O pessoal ia fazer a formação, e se formou uma rede, eles compartilhavam informações, a gente mandava, eu me lembro que a gente mandava *releases* das coisas que a gente fazia e que tinha relação com o espaço escolar. Também não é para aparelhar, mas tudo que a gente fazia e que tinha relação à política, com os avanços na política educacional no estado a gente mandava. Lembro que eles reproduziam, depois davam um retorno para a gente, dizendo que tinha gerado debate na escola, tinha gerado mais demandas, sempre muito carentes essas escolas. Até participei de um debate uma vez, com representantes de várias escolas onde tinha sido implantado o projeto.

Conforme César, o projeto foi importante nas escolas porque também era levado à comunidade, não só para os estudantes: "tinha professores envolvidos que também ouviam". Relata que eram enviados computadores, o sistema de transmissão, de recepção, as caixas que davam uma qualificação para operar tudo isso, que era um ganho importante e independente, porque entendiam que não podia ficar sob a tutela da Secretaria, razão pela qual a denominação do programa ser "rádio-escola independente". Evidentemente, por envolver crianças e

adolescentes, não se tratava de entregar e “fazer o que se quisesse”: exigia algum tipo de orientação, de acompanhamento, uma linha para que fosse qualificado.

Não é um “vai falando aí”: tinha que ter alguma orientação, mas que também não fosse um veículo oficial da direção da escola ou da secretaria, já que o propósito era ter uma visão crítica sobre o processo de produção da notícia e da sua veiculação, esse o objetivo de fundo. O objetivo imediato era dar opções de contrarturno para esse pessoal. Quando não está em sala de aula, está fazendo outra atividade, normalmente nas comunidades mais carentes a gente sabe todos os apelos, nós vemos as pressões que essas crianças e adolescentes sofrem: era uma expectativa de uma visão mais crítica de manusear a linguagem, manusear as informações, mas do ponto de vista imediato era também dar a possibilidade, inclusive desses instrumentos: se estiver de cobrança sobre os organismos instituídos, a direção da escola, a assessoria pedagógica as outras estruturas da secretaria de educação que podem ser também espaço de cobrança, de crítica até das relações que a escola obviamente insere no município, no bairro, com a municipalidade, com o movimento comunitário, isso tudo a gente via que tinha reflexo, é um instrumento político importante.

No que diz respeito à questão da suposta inconstitucionalidade do projeto de lei, mediante provocação, o entrevistado retomou o raciocínio explicitando como funciona o processo legislativo: tanto a Constituição Federal quanto a Constituição do Estado e, no caso dos municípios, as leis orgânicas, traçam regras do que é matéria de iniciativa privativa de cada um dos poderes. Então, o poder executivo, o legislativo e o judiciário têm iniciativa privativa de projetos de lei que tratem de matéria orçamentária, que gerem despesas para o executivo. O parlamento não pode aprovar uma lei que cria uma despesa sem prever: não é que não pode criar despesa, mas tem que prever uma receita. Não adianta criar uma despesa se não estiver prevendo uma receita, senão desequilibra-se o exercício e a execução do orçamento. Então, estabelece que não se pode mudar a estrutura do poder executivo, a menos que o poder executivo se proponha a fazê-lo. Não é possível, como parlamentar, impor ao Judiciário “- crie mais uma vara de combate à violência contra a mulher em Cuiabá”, eu não posso fazer isso, o próprio judiciário tem que dizer “no meu orçamento tem condição, tem juiz, funcionários, tem estrutura física”, tem que ser iniciativa do Judiciário assim como tem que ser a iniciativa do executivo. Então, caso se crie uma política pública sem também dar o aporte de qual recurso vai financiar essa política pública, reflexamente é inconstitucional:

se eu estou criando uma política pública é uma obrigação do poder público implementar, logo ele tem que botar dinheiro, não tem política pública que se faça com assobio, com bate-papo, ela tem que ter recurso público e

depois é a questão de autorizar. A lei autoriza o poder executivo a implantar. O direito constitucional diz "não tem autorização sem que se peça" e a própria constituição diz que casos devem ser autorizados, a própria constituição estabelece os casos em que deve o chefe do executivo, o chefe do Judiciário ou de outro poder pedir autorização. Então, por exemplo, o poder executivo: o estado quer doar um determinado imóvel, ele obrigatoriamente tem que pedir ao Parlamento que autorize a doação de imóvel, não pode simplesmente dispor do patrimônio porque há um princípio que diz que o interesse público indisponível. Há indisponibilidade de interesse. Então, para que possa ser disponível, possa ser disposto, tem que ter autorização. A lei diz "tem que pedir autorização", manda um projeto tem que pedir autorização para criar uma empresa estatal, uma sociedade de economia mista, uma empresa pública, tem que pedir autorização do Parlamento. É assim, porquê? Porque há uma exceção para poder público, a administração pública atuando na esfera privada, então para atuar na esfera privada preciso do parlamento. Então não adianta o parlamento aprovar uma lei "fica autorizado o Poder Executivo a criar empresa pública x", não vai, quem pediu a autorização? Então tem esse outro sentido, temos que reconhecer que formalmente a lei era inconstitucional. E mais, diz a doutrina e os tribunais seguem, nem a sanção do governador, que é quem na origem tinha o poder de encaminhar, tinha competência, prerrogativa de encaminhar o projeto, nem a sanção convalida o vício, ou seja nem a sanção resolve esse problema do vício de origem, então mesmo que o governador tenha sancionado em tese a lei continua a impulsionar, em tese, para ser declarado constitucional só poder judiciário, tô falando aqui em tese. Em tese é inconstitucional essa lei, mas ela está em vigor e se ela está em vigor, tem de ser cumprida. Se em determinado momento um tribunal declarar a inconstitucionalidade dela, deixa de ter efeito, mas enquanto estiver em plenovigor, tem que ser observada.

Em relação à educomunicação, objeto de pesquisa do presente trabalho, a referência do entrevistado ao programa "Rádio Escola independente" permitiu a retomada de sua percepção sobre a ação da prática educacional. A orientação para que fosse independente na produção da informação e dos materiais para efetiva produção de conhecimento, no sentido de possibilitar um olhar crítico diante de todo esse sistema social, cultural e político. A rádio escola independente consolida exatamente essa preocupação de pesquisa em torno das reais condições práticas da educomunicação. Diante disso, o proponente do projeto de lei foi questionado sobre sua compreensão sobre o conceito de educomunicação.

Em resposta, afirmou entendê-la como "instrumento de leitura da realidade a partir do processo educacional e daquilo que é veiculado pelos meios de comunicação e demais instrumentos", que possam formatar a visão de mundo aplicados ao espaço educacional, na perspectiva de poder ter uma leitura crítica desse processo. Lembrava-se que à época se discutia: "não adianta a "gurizada" ficar lá usando esses instrumentos de educomunicação, reproduzindo as matérias produzidas pela grande mídia"

tinha que ter o computador, a formação para as noções básicas de como construir uma notícia, uma matéria, como elaborar isso, quais os elementos eram significativos para você ter uma confiabilidade daquilo que se passava e isso a gente discutia também. Eu acho que é isso: a utilização dos meios de comunicação, os instrumentos de comunicação dentro desse processo educacional e ao mesmo tempo aprender a se comunicar, aprender a atuar nesse meio, já tinham na época mídias sociais, já eram recipiente do papel que ganharam nessa década, mas já havia mídias sociais, também era motivo de reflexão nossa naquele momento em discussão no papel e, claro que não tinha *smartphone*, não era acessível como é hoje um *smartphone*, mas já estava também na discussão naquele momento. Então eu penso que tem essas duas vertentes: a coisa mais aplicada, um instrumento educacional, mas também o outro lado a própria produção da sua própria comunicação no espaço escolar, você ter possibilidade de, sem querer definir um espaço fechado e você também ter uma linguagem comunicativa no espaço da escola, que tem identidade com aquela comunidade, que fale a língua da comunidade não seja uma coisa que venha pronta de fora. Isso é muito rico e apesar de não ser da área de comunicação, sempre tive muita ligação com isso, no movimento estudantil por vários momentos. Mesmo não sendo o responsável no movimento secundarista, eu atuei muito na produção de material publicitário, jornalístico. Depois na universidade eu acabei indo para coisas mais políticas, atividades que tinham um grau de burocracia, mas era coisa mais na esfera política de comunicar, mas comunicar para fora, e participei sempre da construção dos informativos, dos jornaizinhos, dos mecanismos de comunicação a gente tinha, chegamos até implantar uma rádio pirata lá dentro da Universidade uma rádio comunitária, só pegava ali dentro do campus o alcance era bem baixinho e pra Anatel de "encher o saco" da gente, mas enfim a gente montou naquela época uma na rádio que tinha uma caixinha. Isso há dez anos, como era o projeto original da rádio escola, você tinha um transmissor e aí botava uma caixa no pátio ou na cantina de cada curso, porque as cantinas também não eram geridas pelo DCE, era a única fonte de renda que tinha, era o aluguel das cantinas, obviamente não tinha nenhuma legalidade, mas aquele tempo era assim. E aí a gente também obrigava os caras a botarem as caixinhas nas cantinas, era a formade a gente comunicar diretamente com os estudantes, no RU (restaurante universitário), nas cantinas, no saguão de cada bloco. E eu mesmo, tinha um programa de música de cinema, acho que esqueci de contar.

O entrevistado, após expor a sua percepção sobre a educomunicação e questionado sobre a sua relação com o tema, reafirma sobre as suas experiências com o uso de rádio e produções radiofônicas em sua vida acadêmica, experiências essas que repercutiram na sua forma de olhar para a interface entre educação e a comunicação assim como para a implementação da educomunicação como instrumento extremamente importante para a formação estudantil e política do cidadão, como foi para a sua.

Segundo César, é preciso analisar as mídias sociais tanto em relação ao encantamento que produz enquanto ao papel que tem assumido, frequentemente conservador por manter os padrões de comunicação que os donos das plataformas impõem, embora potencialmentettenham um papel libertador. Ilustra o raciocínio a

partir do caso do Facebook, que considera “tribunal secreto, uma coisa meio ‘caciqueana”, até porque nós temos toda a nossa vida colocada em uma plataforma em que as pessoas decidem se pode ou não postar uma foto”.

Diante dessas análises o entrevistado nos lança uma questão:

quem se responsabiliza com o que, nesse jogo de apostar nisso como instrumento de reversão desse quadro individualista, esse cenário que favorece o mérito, esse meio extremamente egoísta que vivemos hoje? Estamos no meio de uma multidão sozinhos e não dá para apostar nesses instrumentos. "Ah! muito velho rádio, televisão": uma coisa que ainda tem que pensar especialmente o rádio, que diferente da televisão você pode estar ouvindo em qualquer situação. É aquela propaganda "você conhece alguém que não tem rádio?", "quantos rádios você tem na sua casa?"

Sobre essas análises ficou notório que a identidade comunicacional do entrevistado fora construída com as suas experiências descritas acima e que essa relação com a educomunicação é um reflexo de suas raízes com a educação, com a comunicação e principalmente em perceber que a educomunicação também pode contribuir como um instrumento de política pública de superação da estrutura dessa sociedade individualista que vivemos, como pontuou César.

Ampliando ainda as discussões sobre o uso das mídias sociais tratamos do seu mau uso nas eleições, que funcionou como uma espécie de venda de pacotes de curtidas e comentários para impulsionar campanhas. Em que medida as mídias sociais não estimulam justamente um papel contra-libertador, conservador e interventivo, contrários à vocação emancipadora que as ferramentas poderiam ter. Eis um ponto extremamente importante a ser pensado em relação à educomunicação: como as mídias estão contribuindo para a construção da identidade dos adolescentes tanto quanto da própria política? É preciso provocar esses questionamentos sobre como as mídias têm ou não interferido na construção do eu, do sujeito, do cidadão de forma libertadora, de forma que oportunize a ele ter a compreensão da sua realidade e de todo o contexto que o cerca.

Ainda em relação às mídias sociais, Cesar afirma que por mais que os veículos de comunicação tradicionais, especialmente o rádio, mas também a televisão nos bombardeie de forma pautada, eles são genéricos, atingem uma quantidade incalculável de pessoas com formações diversas. Já em relação às mídias sociais, considera que elas são programadas para serem seletivas: “quanto mais utilizadas, as mídias sociais funcionam por uma inteligência artificial que

seleciona o que se pode ou não ter acesso”. Entende que as redes vão criando uma zona de conforto ou desconforto extremo como no caso dessa cultura de ódio e de sofrimento contínuo.

Assim sendo, acredita que devem ser resgatadas essas linguagens, embora consideradas obsoletas, que são mais diretas, não são tão filtradas, por mais que sejam fruto de concessão dos veículos de comunicação, de radiodifusão no Brasil, mas ainda menos do que a mídia. Acredita que se a "gurizada" for estimulada, podem transitar melhor nas redes sociais, “porque não se vai conseguir afastá-los, nem mesmo nós conseguimos”.

De acordo com o entrevistado o rádio é um instrumento importante por ser um veículo de comunicação direta, que não tem o filtro ideológico na produção da notícia, “porque não tem a Inteligência Artificial dizendo o que você deve ver o que você deve ouvir”. Ressalta que o rádio foi um instrumento importantíssimo durante o século 20,

tanto é que quando disseram que nos anos 1960 ‘a televisão ia acabar com rádio’, não acabou. O rádio continuou muito importante e continua principalmente num país como o Brasil, que ainda tem um número de pessoas que não têm acesso, a não ser WhatsApp e olhe lá, que agora até aquele "celularzinho" mais simples vem com WhatsApp instalado, mas as mídias em geral, as mídias sociais em geral muita gente ainda não tem acesso, apenas ao rádio.

Em relação à rádio escola, conclui ser um instrumento importante para dar visibilidade e instituir como lei dá alguma segurança de manutenção da política.

Tendo uma lei, você não tem um projeto que mudando o governo você não perde, então acho que esse é um tema que tem que ser discutido: pode a Seduc incorporar isso num outro programa? Se há uma lei em vigor, com um programa específico, objetivos claros, delimitados com uma prática consolidada se a Seduc pode fazer isso? É um questionamento que eu faço inclusive como advogado público. Pode a Seduc pegar esse programa, incorporar em outro, que tem outro objeto sem que a lei seja revogada? Eu fico aqui pensando comigo ou que seja aprovada uma lei que incorpore isso? Não sei uma matéria que pode ser que vocês possam refletir.

Quanto à institucionalização da Lei, César entende que você não pode simplesmente pegar um programa, que tem um conjunto de atribuições e simplesmente diluí-lo.

Para que serve essa norma? O gestor da educação que decide qual lei ele aplica? Então para que há lei? Uma coisa é definir um conjunto de políticas

e definir "essas são minhas políticas prioritárias, eu vou aqui trabalhar com isto". Tudo bem, isso é legítimo. Pode-se propor projeto para revogar lei e propor um conjunto de políticas por lei revogando esta especificamente. Tudo bem, mas se não há isso, está descumprido a lei, caberia medidas inclusive nesse sentido.

Foram apresentadas ao entrevistado algumas informações sobre mudanças ocorridas na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) quanto à implantação da lei sobre a educomunicação, assim como mudanças ocorridas quanto a sua implementação na escola. Diante disso, novas questões foram levantadas: está implementando ou foi somente incorporado?

Diante de tudo isso, problematizamos a questão do prejuízo da descontinuidade, que impacta toda a estrutura oferecida pelo programa, haja vista que as escolas já estavam equipadas, e toda a estrutura direcionada para a formação das crianças que deles poderiam fazer uso.

## CAPÍTULO 06- PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE MATO GROSSO SOBRE A INSERÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Com o objetivo de compreender (de forma exploratória) como a educomunicação é percebida pelos profissionais da educação básica e de que modo está inserida em suas práticas pedagógicas, desenvolvemos um questionário através da plataforma Google Forms. Em questionário aplicado para professores da rede básica estadual de educação do Mato Grosso, apenas 8 profissionais em um universo de 30 professores responderam, sendo que a maior parte informa praticar o uso de estratégias midiáticas e digitais como recurso de ensino e aprendizagem em sala de aula, porém afirma categoricamente ou desconhecer ou saber muito superficialmente sobre a educomunicação.

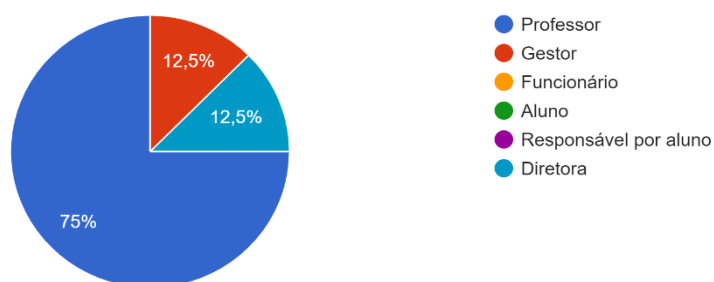
Nessa primeira questão procuramos delimitar o público-alvo para o qual essa pesquisa foi direcionada e obtivemos a maior participação do público desejado.



Gráfico 1: Ocupação na estrutura escolar.

Qual a sua ocupação na estrutura escolar?

8 respostas



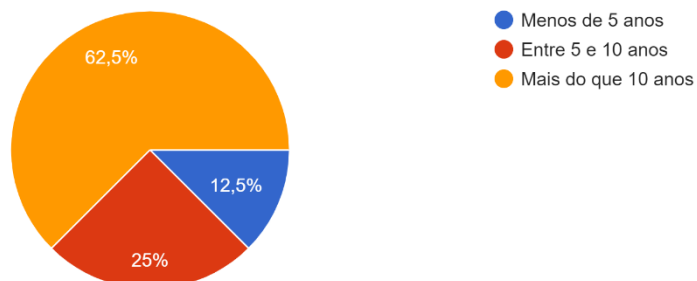
Fonte: Própria, 2022.

Em relação há quanto tempo o profissional desempenha a sua função, o intuito era dimensionar o período de desenvolvimento da prática pedagógica.

Gráfico 2: Tempo na função.

A quanto tempo você desempenha essa função?

8 respostas



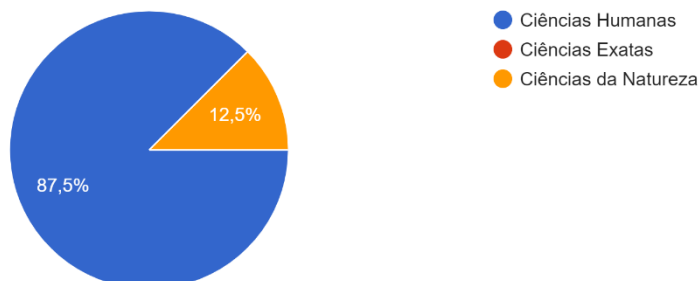
Fonte: Própria, 2022.

Além disso, identificar a área de formação nos deu o indicativo do olhar do professor quanto aos elementos constitutivos do processo ensino e aprendizagem:

Gráfico 3: Área de formação.

Qual a sua área de formação?

8 respostas



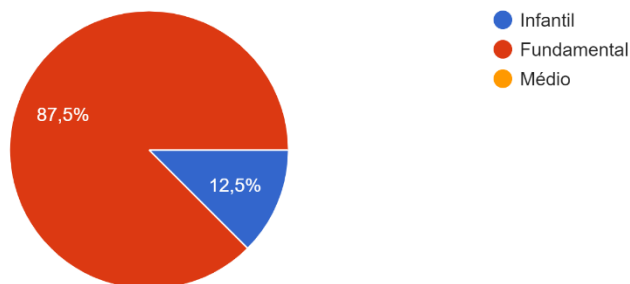
Fonte: Própria, 2022.

Esta pesquisa visavaverificar a inserção das práticas educomunicativas no ensino formal, com olhar voltado para a nível de ensino fundamental. Por isso, buscou-se identificar o nível de ensino em que esse professor atua:

Gráfico 4: Nível de ensino que atua.

Qual o nível de ensino em que você atua?

8 respostas

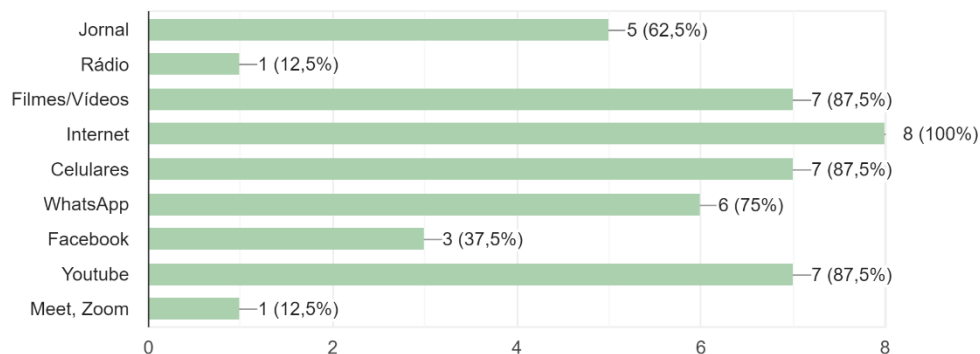


Fonte: Própria, 2022.

Para compreender como o professor tem usado as mídias e as ferramentas de comunicação em sua prática pedagógica, lançamos a questão abaixo, através da qual foi possível constatar que a mobilização maior é da internet, seguida do uso de celulares, filmes, vídeos, youtube, jornal, além de redes sociais. Quase não são mencionados o uso do rádio e de aplicativos de reuniões como o meet e zoom.

Gráfico 5: Mídias e ferramentas de comunicação utilizadas em sala de aula.

Dentre as mídias e ferramentas de comunicação citadas abaixo, quais você usa na sala de aula?  
8 respostas

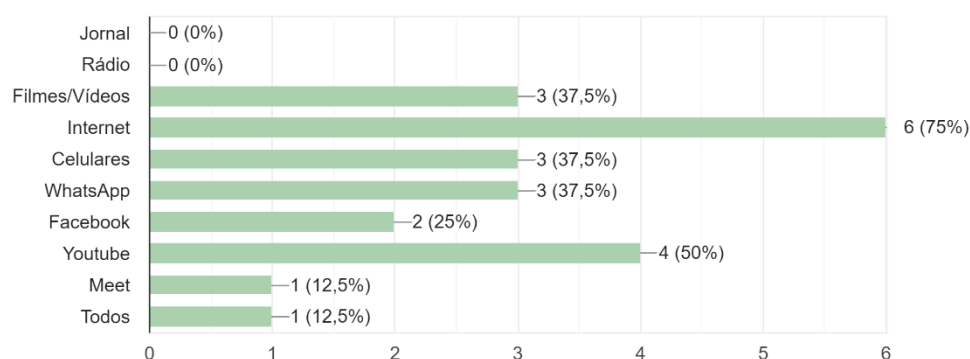


Fonte: Própria, 2022.

Quanto ao uso das mídias e ferramentas incentivadas pela escola, a internet, o youtube, filmes/vídeos, o whatsapp, celulares são os mais utilizados, seguido do meet, não apresentado nenhum indicativo para o fomento ao uso do rádio de do jornal.

Gráfico 6: Mídias e ferramentas de comunicação de uso incentivado pela escola.

Dentre as mídias e ferramentas de comunicação citadas abaixo, quais a sua escola incentiva o uso?  
8 respostas

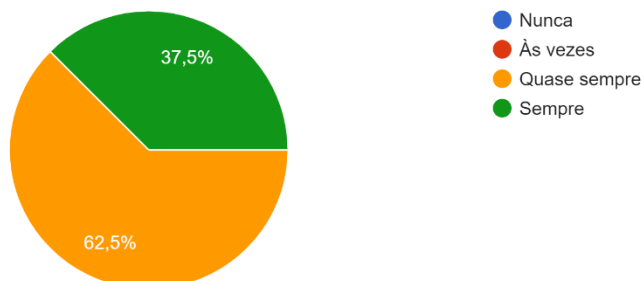


Fonte: Própria, 2022.

Quando questionados sobre a frequência do uso dessas ferramentas, afirmam em sua maioria que é bastante frequente o uso em suas práticas pedagógicas.

### Gráfico 7: Frequência de uso das ferramentas na prática pedagógica.

Com que frequência essas ferramentas são usadas na suas práticas pedagógicas?  
8 respostas



Fonte: Própria, 2022.

Diante da pergunta sobre como as ferramentas são utilizadas, podemos perceber que há pouca movimentação no sentido da produção do material midiático, o trabalho está mais voltado para o consumo dos recursos.

#### Quadro 1: Exemplos de uso das ferramentas nas práticas pedagógicas

Vídeos e jogos

Em pesquisas, aulas de campo, multimeios didáticos entre outros.

Pesquisas.

Ministrar aulas, tirar dúvidas.

Em grupos de whatsapp, divulgação de vídeos

Geralmente lousa digital ou data show

Filmes como complemento dos conteúdos, registros das atividades, pesquisas, análises de conteúdos, gêneros e tipologia textual, estudo das formas linguísticas.

Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao uso das ferramentas midiáticas, os professores limitam a sua prática docente em razão das dificuldades do acesso à internet e a ausência de outras condições, conforme pode-se verificar na Quadro 2 abaixo:

#### Quadro 2: Percepção dos docentes sobre limites e problemas das ferramentas.

Falta da face à face
Sem acesso às tecnologias, restrições aos recursos, condições financeiras entre outros.

Nem todos tem acesso.
A conexão com a internet e a falta dela
Utilizar para fins não pedagógicos, apenas para passar o tempo com conteúdos não planejados Internet lenta na escola, faltam computadores para todos os alunos, nem todos os alunos possuem acesso fora da escola para atividades extraclasse

Fonte: elaborado pela autora.

Os professores, ao serem questionados sobre o que entendem por educomunicação, apresentam definições variadas sobre a interface entre educação e comunicação, além de o fazerem de forma descontextualizada em relação ao projeto.

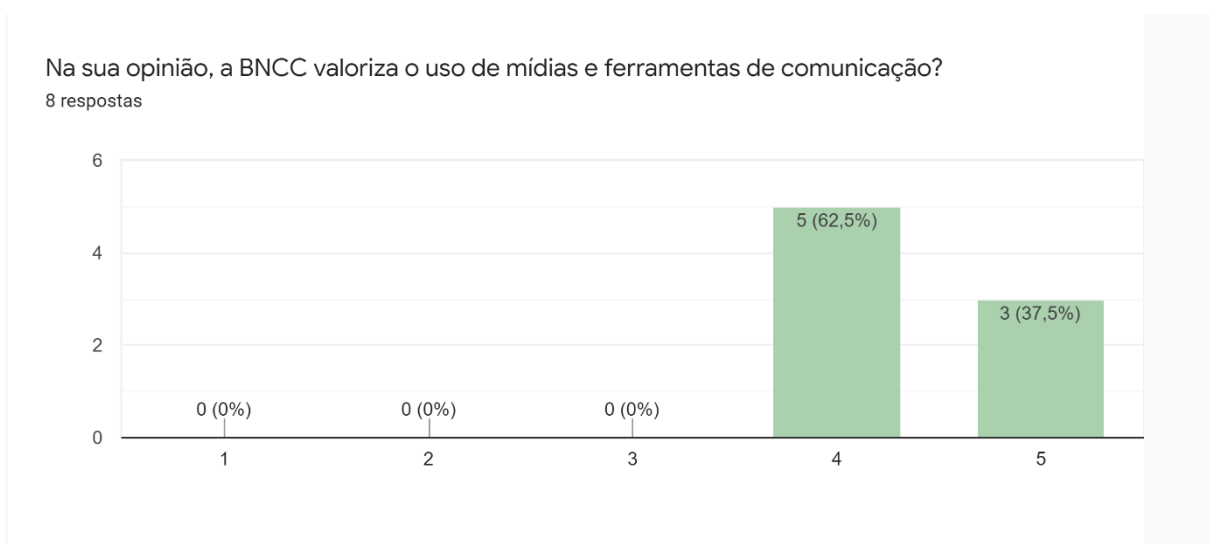
Quadro 3: Compreensões dos docentes sobre a educomunicação.

Educar por meio da comunicação
É uma forma de estar inserindo as ferramentas midiáticas de comunicação e informação para processo de ensino e pesquisa através das ferramentas digitais.
Educação utilizando diversos tipos de comunicação.
Produção de conteúdo educativo uso de mídias na educação
Pouco
Um estudo para a utilização dos meios de comunicação na educação

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à promulgação da nova Base Nacional Comum Curricular durante a redação desta dissertação, os professores foram questionados se entendem que a educomunicação, as mídias e ferramentas de comunicação são contempladas e valorizadas na BNCC.

Gráfico 8: Opinião sobre a valorização da BNCC sobre o uso das mídias e ferramentas de comunicação.



Fonte: Própria, 2022.

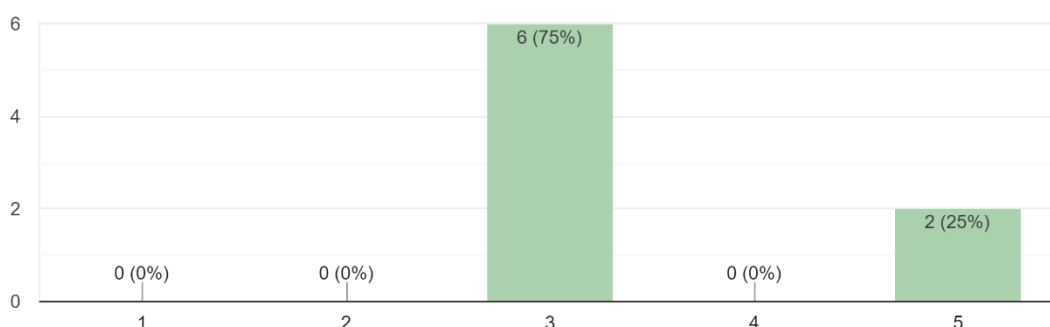
E ainda nesse contexto de valorização, opinam que os gestores também apóiam o uso dos instrumentos midiáticos no chão da escola.

Entretanto, em relação aos responsáveis pelos alunos, os professores relatam dificuldades para que estes efetivamente participem do aprimoramento das experiências educacionais. Diferente de como percebem a valorização pela direção escolar e pelas políticas de educação, a educação não encontraria alianças importantes junto aos responsáveis pelos educandos.

Gráfico 9: Valorização pelos pais e responsáveis sobre o uso das mídias e ferramentas de comunicação no ambiente escolar.

Na sua opinião, os pais e responsáveis valorizam o uso de mídias e ferramentas de comunicação no ambiente escolar?

8 respostas



Fonte: Própria, 2022.

Embora exploratória, a pesquisa piloto realizada com professores da rede básica de educação de Mato Grosso aponta evidências de que, ainda que reconheçam a importância de mobilizar mídias em seus planejamentos didáticos pedagógicos, de modo geral, esses atores educacionais desconhecem o propósito que caracteriza a abordagem educacional, potencialmente prejudicando a eficácia de seus resultados.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, faz-se necessário pensar a educomunicação como uma política pública, algo que nasce da sociedade, é sistematizado pela ciência e institucionalizada na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Em 10/06/2008 foi sancionada e publicada no diário oficial do Estado de Mato Grosso a Lei Estadual nº 8.889/08, de autoria do deputado estadual Alexandre César, dispondo sobre a implantação do programa “Rádio Escola Independente” na Rede Estadual de Ensino. Através de miniestações de rádio, em cada unidade escolar, os alunos poderiam trabalhar todas as áreas de ensino, códigos, linguagens, ciências exatas, humanas e sociais.

Ao estudar sobre o ciclo de políticas públicas podemos compreender que, apesar da sua utilidade e havendo pouco retrato da realidade e da dinâmica de uma política, ela ainda é extremamente importante para percebermos as fases em que pode ser organizada, como efetivamente ela acontece na prática e as implicações em relação a sua eficácia e efetividade.

O propósito desta pesquisa orientou-se por atentar à importância da educomunicação, entendida como a interface da educação e da comunicação, como um instrumento essencial para a educação para os meios: instrumento para uma educação cidadã, participativa, dialógica que trabalha com os ecossistemas educacionais, despertando no educando um olhar crítico e reflexivo, sobre a construção da uma informação. Aqui, ele não é mais o receptor passivo. Nesse cenário, toda a comunidade escolar desenvolve uma consciência mais elaborada sobre as informações que são transmitidas pelos meios, a sua veracidade e o poder da sua influência na vida da sociedade.

Assim sendo, pensar a comunicação e educar o sujeito para lidar com ela, deve estar presente na agenda política, deve compor alternativas de implementação de programas e projetos que viabilizem tais práticas nas políticas educacionais. Muito mais do que idealizar esses programas, no entanto, é preciso que eles cheguem com clareza às pessoas que deverão implementar essas práticas no cotidiano escolar, no chão da escola.

O termo implementação foi usado neste trabalho de forma analítica, pois, teve o objetivo de olhar para as políticas públicas de forma abrangente e profunda.

Diante desse olhar, a reflexão sobre o ciclo no momento específico da materialização ou da concretização das políticas, e aqui de forma mais focada na fase da implementação: o que foi formulado e o que foi executado.

A contribuição de Lotta(2019) em relação ao problema desta pesquisa aponta para os objetivos planejados, os resultados alcançados, as decisões que foram tomadas, e quais as consequências dessas decisões em relação à implementação das políticas públicas da educomunicação.

Aponta-nos para o questionamento quanto à institucionalização da educomunicação; de que maneira ela aconteceu ou tem acontecido em sua implementação contínua e como os atores envolvidos nesse processo tem efetivamente participado.

Ao refletir sobre a desinstitucionalização, os estudos de Lotta apontam reflexões sobre as políticas públicas feitas de cima para baixo (*top down*) as políticas feitas de gabinete e muitas vezes descontextualizadas da realidade, com a aposta de que os resultados negativos de sua implementação são causados por quem a executaria e assim não o fez. As políticas feitas de baixo para cima (*bottom up*) são feitas por quem está inserido na realidade.

Este debate contribuiu para que o problema da pesquisa fosse pensado nas mudanças que foram ocorrendo durante os anos desde a institucionalização da lei, a forma como as mudanças foram ocorrendo, quais foram às interferências e as disputas que motivaram as mudanças ocorridas e o que de fato na prática ainda é regulado pela Lei.

Pontualmente, procuramos contextualizar nessa dissertação o conceito dinâmico e amplo da educomunicação: na interface entre a educação com a comunicação, abordando a sua importância para o ensino formal, informal e não formal dos ecossistemas comunicativos, marcados em tempo de hegemonia da comunicação. É uma abordagem contextualizada na relação entre indivíduo, cultura e sociedade, chamando a atenção desse cidadão para uma participação social mais ativa, crítica, tendo um olhar voltado para a cultura midiática. Assim, procuramos demonstrar a importância do diálogo que, idealmente, deve existir entre família, sociedade, escola e a comunicação. Sabemos que muitos entraves e dificuldades permeiam essas relações, mas as ferramentas educacionais podem inclusive contribuir para minimizá-las.



O convite que nos foi feito é para pensarmos a educomunicação para além do uso das tecnologias. Trata-se de instigar-se a utilizá-la como instrumento e forma através da qual as linguagens devem ser anunciadas. Essa abordagem é imprescindível para compreendermos que uma comunicação mal direcionada, mal lida e mal analisada pode conduzir o sujeito à desinformação ou a própria alienação.

Ao pesquisarmos sobre a implantação da política pública da educomunicação na Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), nos propusemos a compreender como esse processo ocorreu, qual foi o percurso dele quanto à sua institucionalização, e o que de fato podemos encontrar dessas práticas educacionais no ensino formal das escolas públicas estaduais.

Já lançada na introdução dessa dissertação, nos orientamos pela questão: qual o impacto da lei nas práticas educacionais no âmbito formal de ensino em relação ao seu processo de institucionalização e desinstitucionalização na rede estadual de educação de Mato Grosso?

Pudemos perceber pela cronologia das iniciativas estudadas que a educomunicação ganha espaço no ensino fundamental e médio mediante ações patrocinadas pelo poder público para contribuir com soluções para determinados problemas. Assim nasceu o Educom. Rádio-Educomunicação pelas ondas do rádio e foi realizado de 2001 a 2004 na cidade de São Paulo.

Pelos estudos já realizados sobre o tema, pudemos constatar o poder mobilizador da educomunicação enquanto prática social, assim como a institucionalização como política pública no Estado de São Paulo. A nível nacional, pelo Programa Mais Educação instituído pelo MEC e, em Mato Grosso, primeiramente implantado como extensão do Programa Educom. rádio e depois institucionalizado pela Lei Estadual nº 8.889/08.

Dentro desse contexto, percebemos a importância que a lei representa para a expansão das práticas educacionais e o seu maior alcance na institucionalização no ensino formal. Também percebemos uma acirrada disputa entre programas da rede estadual de ensino, ora se fundamentando na lei ora a ignorando.

É nesse cenário de disputa de uma política pública direcionada para a interface da educação e da comunicação que esse estudo esteve direcionado. Essa descontinuidade em relação ao uso do termo nos provocou a buscar compreender a

institucionalização e a desinstitucionalização, a perda da sua legitimidade e quais os impactos desse desmonte na prática.

Queremos destacar que a educomunicação, em toda a sua dimensão epistemológica e paradigmática, traz inúmeras contribuições para as questões políticas e sociais na sociedade, principalmente no que tange em tempos atuais as questões de (des)informação e identidade de grupo.

Assim sendo, entendemos que todo e qualquer instrumento utilizado para sua institucionalização confere-lhe legitimidade e segurança de continuidade, para expandir as práticas educacionais. Quando apenas se configura como uma alternativa intercambiável com várias possíveis, a proposta educacional arrisca ser objeto de alterações de forma descontextualizada e desconexa com seus compromissos originais.

Sendo seu propósito caracterizado pela criação e pelo desenvolvimento do ecossistema comunicativo, que passa pelas áreas de intervenção, de maneira a oferecer uma educação cidadã e democrática, a educomunicação favorece o sentimento de pertencimento que envolve o educando no seu contexto como sujeito não só pensante, mas também participativo e transformador da realidade.

É importante constatar que os programas Educarte e Prinart mantêm características das áreas de intervenção, em especial a área de expressão comunicativa. Esta área se aproxima das práticas identificadas com a Arte-Educação.

Dentro desse cenário, destacamos também a existência do papel do educador, aquele que faz a mediação entre o educando e a construção do seu conhecimento, pois já não é mais só o professor que tem o “direito à palavra”. Vemos também que a educomunicação possibilita o olhar comunicacional do sujeito despertando a sua consciência, o seu lugar de fala, de forma a ampliar o seu juízo crítico quanto à leitura das informações veiculadas pelos meios de comunicação. Temos vivenciado momentos exemplificativos do quanto a desinformação ou a informação mal lida podem alienar uma pessoa e ainda torná-la uma disseminadora de falsas informações.

Por isso, é imprescindível entender a importância da educomunicação e de sua institucionalização como política pública. Na condição de proposta altamente

relevante, que seja contemplada na formulação das agendas de políticas educacionais.

Nesse ponto somos também provocados a pensar sobre a participação do professor nesse processo. Estudos nos levam a perceber que no chão da escola muitas vezes as informações não chegam e não são discutidas como deveriam ser. Temos esses dados constatados também no questionário respondido pelo grupo de professores, coesos na frágil percepção a respeito das políticas educacionais.

Resultados de estudos têm constatado que as questões de políticas educacionais não têm ganhado a importância merecida. Além disso, apontam que os professores têm construído de forma fragilizada o conhecimento sobre a importância de uma formação continuada e aprofundada sobre a interface entre educação e comunicação, superando a superficialidade das discussões e subsidiando com estudo e compreensão resistente sobre essa relação.

O questionário realizado com a participação de 8 professores nos retrata que já estão lecionando há mais de 10 anos, em sua maioria na área de ciências humanas e no ensino fundamental. Quanto ao uso de mídias e ferramentas de comunicação, percebermos o maior uso do youtube, whatsapp e vídeos, mais utilizados do que jornal e rádio. Os professores entrevistados afirmam que utilizam quase sempre instrumentos midiáticos em sua prática pedagógica, entretanto podemos perceber que há pouca produção e muito consumo dos recursos. O trabalho docente realizado está muito condicionado ao uso da internet e outras condições tecnológicas. Quando questionados sobre o que entendem por educomunicação, percebemos a superficialidade em suas respostas, mas ainda assim demonstram acreditar que tanto as políticas educacionais quanto a gestão escolar valorizam o uso das mídias, em detrimento dos responsáveis pelos alunos, que se apresentariam resistentes.

A nossa pesquisa buscou conhecer o caminho percorrido pela educomunicação na Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC/MT) embasando-nos nas pesquisas já realizadas desde a implantação do projeto Educom. Rádio oferecido aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Além de toda a estrutura oferecida a 20 escolas mato-grossenses, também foram ofertados cursos de aperfeiçoamento dedicados a introduzir o conceito e os

procedimentos da educomunicação nos espaços educativos de escolas de ensino médio.

Encontramos em documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MT) orientações pedagógicas referendando o Programa Educomunicação que foi desenvolvido por meio da pedagogia dos projetos e inseridos na educação formal. Constatou-se a ausência de uso do termo educomunicação nas redações dos documentos escolares e o quanto as práticas educacionais podem estar embasadas no senso comum, sem a necessária reflexão acerca de seus pressupostos.

O pesquisador Alencar (2018) em sua dissertação compreende que a educomunicação se instala na rede estadual de ensino dentro de uma política de projetos e que a proposta desenvolvida em Mato Grosso não é a mesma defendida por Soares.

Pode-se afirmar que a existência de uma lei sobre educomunicação não necessariamente efetiva sua implantação no ensino formal. Por isso, essa dissertação acompanha Alencar (2018) quando afirma que o projeto de educomunicação se estabelece como “política de governo”, pois quando não embasado em lei específica para regulamentá-lo, pode ser interrompido a qualquer momento. Dessa maneira, todo trabalho construído correria o risco de ser descontinuado a partir de alegações como contenção de gastos ou remanejamento de funções.

Também Carvalho (2018) provoca a refletir acerca dos desafios e perspectivas de desenvolvimento e implantação do projeto de educomunicação diante de um contexto social e político que dificulta a implementação de práticas educativas realmente inclusivas e democráticas.

Na entrevista com Alexandre César, autor da lei que institucionalizou a educomunicação, destacou o poder mobilizador das práticas educacionais de ações já realizadas na sociedade. Assim sendo, segundo o entrevistado, a lei vem para permitir a expansão da oferta das atividades educacionais, por percebê-las como instrumento político importante. Pontuou ainda que a lei está em vigor e que é preciso observá-la.

De fato, assim podemos concluir que as práticas educacionais tem o seu poder mobilizador fortalecido pelo poder que tem a educomunicação e toda a

história que traz em seu contexto. Como também podemos concluir que insitucionaliza-la através de uma Lei legitima o debate público, a potencializa como política pública educacional no ensino formal pelo seu alcance, de forma que professores apropriem-se das práticas educomunicativas não mais como mero recurso instrumental, mas agora com toda a potencialidade que existe entre a interface educação e comunicação. De forma que todas as conquistas e o acúmulo desse conhecimento, no decorrer do caminho da sua insitucionalização, não se perca o impacto social do “direito à palavra”. Ele é resultado positivo experimentado pelas inúmeras experiências apresentadas nesse trabalho (e agora também pela sua legitimidade a partir da inclusão no dicionário). De acordo com informações da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação<sup>5</sup> publicadas em julho de 2021, a palavra “Educomunicação” foi escolhida como a palavra da semana pelo Projeto Novas Palavras, promovido pela Academia Brasileira de Letras (ABL). De acordo com as informações, a iniciativa apresenta toda semana uma palavra ou uma expressão que passou a ter uso corrente na língua portuguesa, podendo ser um neologismo, um empréstimo linguístico ou mesmo um vocábulo, que apesar de existir há algum tempo na língua, tem sido usado com mais frequência ou com novo sentido nos dias de hoje.

Na página do site da ABL destinada à palavra “Educomunicação”, o site da ABEPEducom aparece como uma das referências utilizadas na compilação dos exemplos de uso. Também são citados diversos artigos sobre o tema veiculados na edição especial da Revista Magistério, publicada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Na capital paulista, a Educomunicação é política pública prevista em lei e amplamente adotada na rede pública de ensino. Na referida fonte mencionada, a definição emprestada ao termo consiste em

1. conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGS) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão. 2. formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos.

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://abpeducom.org.br/>. Acesso em dez. 2021.

Trata-se de uma importante vitória, haja visto que o termo educomunicação por inúmeras vezes (inclusive no MEC) chegou a ser descartado por não ser “reconhecido” em seu significado epistemológico. Agora torna-se mais difícil refutar o termo pela alegação de que a palavra educomunicação é inexistente no vocabulário da língua portuguesa.

Pode ser um caminho pelo qual o tema possa ser tratado com maior propriedade e seriedade no futuro, ao nível das políticas públicas de educação.

Infelizmente diante da realidade epidêmica em que nos encontramos nos anos de 2021 e 2022 com a pandemia, não foi possível as visitas em campo para uma fotografia da realidade, entretanto isso não nos impediu de identificar experiências exitosas com as práticas educacionais relatadas tanto nos artigos quanto nas dissertações apresentadas nesse trabalho. Pudemos identificar o quanto a educomunicação contribui exitosamente para a formação de um educando ativo, crítico e participativa em sociedade.

Concluimos que não basta termos somente a lei para a implantação ou implementação da educomunicação como política pública no ensino formal, para a sua efetivação depende dos contextos locais. A questão é implementar na escola como um programa integrado e não apenas de modo superficial.

## 8- REFERÊNCIAS

ALENCAR, João José. **Educomunicação na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso: Análise das Experiências das Escolas**. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Campus de Presidente Prudente: São Paulo, 2018.

ALMEIDA, R. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc-SP/Cebrap, 2016.

ALVES, Patrícia Horta. **Educom. Rádio uma política pública em Educomunicação**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

BARBERO, JesúsMártin. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto: 2014.

CAMY, Marcele Aroca. **Vinte anos de educomunicação no Centro-Oeste: Construção do Campo a partir das produções científicas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Faculdade de Artes, Letras e Comunicação –Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Mato Grosso do Sul, 2020.

CARVALHO, Elisangela Lopes de Lima. **Formação Cidadã na Escola de Ensino Médio Antonio Ferreira Sobrinho, Jaciara- Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal de Mato Grosso- Instituto de Ciências Humanas e Sociais –Programa de Pós- Graduação em Educação. Rondonópolis, Mato Grosso, 2018.

CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (Org). **Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

COSTA, Gilson Morães da; FIRMO, Yandra de Oliveira, MOURA ,Yula Braga . **Produção Audiovisual: um caminho para a liberdade e protagonismo juvenil na educação básica**. In:Revista Humanidades e Inovação v.5 n.1-2018.

COSTA, M. C. C.; ROMANINI, V. **A educomunicação na batalha contra asfakenews**. Comunicação & Educação, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 66-77, 2019. DOI:

10.11606/issn.2316-9125.v24i2p66-77. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165125>. Acesso em: 27 out. 2020.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2012. Bibliografia ISBN: 978-85-249-1845-2.

ELMORE, Backward Mapping: Implementation research and policy decisions. Muller e Surreal; A análise das políticas públicas IN: LIMA, Luciana Leite; D' Ascenzi, Luciano. **Implementação de políticas**: perspectivas analíticas. Sociologia e Política, v, 21, no 48, dez.2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?S0104-4478201300040006&script=sci>

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES Karina Stein de Laura; MOREIRA, Benedito Diécio. **Juventude e tradição: a preservação da cultura regional mato-grossense por meio da educomunicação**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Site Oficial**. Disponível em: [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br). Acesso: 19 de novembro 2022.

IOMAT-MT. **IMPrensa Oficial de Mato Grosso**. Disponível em <https://www.iomat.mt.gov.br>. Acesso: 15 de março de 2023.

LOTTA, Gabriela. (org). **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília, ENAP, 2019. p. 11-38.

LUIZ, Thiago Cury; SATO, Michelle. **Educomunicação socioambiental no quilombo Mata Cavallo: narrativas e resistências de uma comunidade tradicional mato-grossense**. In: Revista Comunicação e Educação, ano XXVII, número 1, jan/jun 22.



MARTINS, Elita Betania de Andrade. A discussão de políticas educacionais no interior da escola: resistência e naturalização. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.24, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782019240046>.

MATO GROSSO. **Orientativo pedagógico da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais**, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Educomunicação, como política pública no MEC/ Mais Educação**. Departamento de Comunicação e Artes. Disponível em: [WWW.cca.eca.usp.br/politicas\\_publicas/ministerio\\_educacao](http://WWW.cca.eca.usp.br/politicas_publicas/ministerio_educacao). Acesso: 20 de novembro 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdos. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, p7-32, 1999.

MOREIRA, Claudia da Consolação. **Educom.Rádio: Indícios e Sinais**. Cuiabá: Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Federal de Mato Grosso – Instituto de Educação- Programa de Pós-Graduação em Educação- Mato Grosso, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes para a educação do futuro**. Trad. Ana Paula de Viveiros. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2002. (Col. Horizontes Pedagógicos, sob a direção de Antonio Oliveira Cruz). Bibliografia. ISBN 972-771-540-0

PILETTI, Claudino; PILETTI Nelson. **História educação, de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto 2013.

PINHEIRO, Márcia Aparecida dos Santos. **Cidade Educadora: A organização em Centros Cívicos Educativos – uma proposta para Cuiabá**. Dissertação (Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional). Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação**. Dissertação de (Mestrado em Ciências da Comunicação-Escola de Comunicação e Artes). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. A construção do modelo de análise. In: Raymond Quivy, Luc Van Campenhout. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning 133 (2010). Cap. 1 e 3 (p.1-13 e p. 33-60).

SEPLAG-MT. **Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso**. Diário Oficial do Poder Executivo. Disponível em: [WWW.iomat.mt.gov.br](http://WWW.iomat.mt.gov.br)\_ Acesso: 02de dezembro 2022.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. Contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In: **Comunicação & Educação**, n. 23, p. 16-25, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i23p16-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>. Acesso em: 21 set. 2021.

YAZAN, Bedrettin. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, Merriam e Stake. In: **Meta: Avaliação**, v.8, n. 22, p. 149-182, jan. /abr. 2016.

9. ANEXO A- DOCUMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO NA SECRETARIA ESTADUAL DE MATO GROSSO (SEDUC/MT).

## **jusbrasil.com.br**

---

16 de Novembro de 2020

### **Seduc amplia rádio escola instituída por lei de Alexandre Cesar**

Radialistas mirins da escola estadual Djalma Ferreira de Souza no bairro Morada do Ouro, fizeram uma visita ao gabinete do deputado estadual Alexandre Cesar (PT). O parlamentar é autor da Lei Estadual nº 8.889/08 que dispõe sobre a implantação do programa Rádio Escola Independente na rede estadual de ensino.

Os estudantes que vieram a Assembleia Legislativa são responsáveis pela coordenação e programação da rádio América Total. A miniestação transmite músicas, informações do conteúdo escolar, notícias e recados antes das aulas e durante os recreios dos períodos matutino e vespertino.

De acordo com o técnico responsável pelas rádios da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Luiz Carlos da Silva Ferreira, já existem 46 miniestações funcionando na rede estadual. A Lei do deputado Alexandre Cesar proporciona que os alunos trabalhem todas as áreas de ensino e se desenvolvam por meio da linguagem radiofônica.

A rádio América Total da escola Djalma Ferreira é a pioneira nesta ideia, está no ar desde 2002 e serve de modelo para as demais escolas.

"Agora, a Seduc vai proporcionar outras duas mídias aos alunos dessa escola. Vamos desenvolver a web rádio e o jornal O Popular, com circulação em toda região do CPA. As equipes de estudantes para a internet e o jornal já estão formadas e fazendo reportagens na rua",

16/11/2020

"1 Encontro de Rádio Escolas Independentes" será realizado amanhã em Cuiabá - Notícias - SEDUC


[\(http://www2.seduc.mt.gov.br/\)](http://www2.seduc.mt.gov.br/)


Pesquisar...

## NOTÍCIAS

🔍 [http://www2.seduc.mt.gov.br/noticias?p\\_p\\_id=101\\_INSTANCE\\_dhm5m2elmY9d&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_col\\_pos=2&p\\_p\\_col\\_count=3&\\_101\\_INSTANCE\\_dhm5m2elmY9d\\_struts\\_a](http://www2.seduc.mt.gov.br/noticias?p_p_id=101_INSTANCE_dhm5m2elmY9d&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_101_INSTANCE_dhm5m2elmY9d_struts_a)

Sexta-feira, 28 de Setembro de 2007 às 15:44

Redação Seduc

A0 | A0

Cerca de cem alunos de 23 escolas estaduais de Cuiabá e Várzea Grande participam neste sábado, (29/09), do "1 Encontro de Rádio Escolas Independentes", no auditório da Seduc, no Centro Político Administrativo, das 8 horas às 17 horas. A promoção do evento é da Escola Estadual Djalma Ferreira, em parceria com a Seduc.

"Investir em rádio escola é garantir a promoção da democratização da informação. A Seduc é entusiasta dessa ideia", afirma o secretário de Estado de Educação, Sérgio Moraes Bousa.

No período da manhã entram em pauta propostas para consolidação e expansão das rádios escolas em Mato Grosso e o projeto de implantação de rádios escolas nas instituições de ensino de Cuiabá. O deputado Alexandre Cesar será um dos palestrantes.

O período da tarde é reservado para capacitação dos alunos que trabalham ou irão atuar em rádios independentes. Serão realizadas palestras sobre técnicas de sonoplastia e entrevistas. Educom Rádio é o tema a ser apresentado pelo jornalista e professor da UFMT, Alton Segura, das 16 h às 17 horas.

De Cuiabá, as instituições de ensino participantes do "1 Encontro de Rádio Escolas Independentes" são as Escolas Barão de Meigaço; Nilo Póvoas; Emília Figueiredo; Rodolfo Augusta; Bela Vista; André Avelino; Ana Maria do Couto; Benedito de Carvalho; Fenelon Muller; Leônidas Antero; Dione Augusta; Vinte e Cinco de Abril; Victorino Monteiro; Dina Huguency Siqueira; Raimundo Pinheiro e Pascoal Moreira Cabral.


Também participam as Escolas Estaduais Hilda Caetano (na Estrada Velha da Guia); Emanuel Pinheiro (Cristo Rei); Jaime Veríssimo (Nova Várzea Grande).

As escolas municipais convidadas são Deiane Ribeiro (Jd.Vitória); Tenente Otacílio (CPA3); Coronel Octayde Jorge (Bairro Tancredo Neves) e Augusto Mário Vieira (Bairro Bela Vista).

CREUZA MEDEIROS  
Assessoria/Seduc

COMPARTILHE ESTA NOTÍCIA



 <b>Estado de Mato Grosso</b> <b>Assembléia Legislativa</b>		
Despacho	Protocolo	PROJETO DE LEI  Nº. _____/2007
<b>Autor: Deputado ALEXANDRE CESAR</b>		

***DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA  
“RÁDIO ESCOLA” NO ÂMBITO DAS ESCOLAS  
ESTADUAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, decreta e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Educação, autorizado a implantar nas escolas estaduais o Programa “*Rádio Escola*”.

**Art. 2º.** O programa de que trata o artigo anterior, abordará aspectos culturais e educacionais e será política pública estadual permanente, visando, dentre outros:

I – desenvolver a criatividade e responsabilidade dos alunos da rede pública de ensino;

II – explorar potencialidades pedagógicas da rádio para difusão de conteúdos escolares;

III – Promover a educação ambiental na escola de forma interdisciplinar;

IV – contribuir para a formação do jovem e o estimular o exercício da cidadania;

V – combater a violência e favorecer uma cultura de paz no ambiente escolar.

MATO GROSSO. Orientativo pedagógico da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais. 2017. Disponível em [www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br). Acesso em março 2022.

O Programa Educomunicação é idealizado e mantido pela Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso-SEDUC/MT atendendo as unidades escolares da rede estadual de ensino. Este programa é de responsabilidade do Núcleo de Projetos Educacionais ligado à Superintendência de Educação Básica da Secretaria Adjunta de Políticas Educacionais. Educomunicação é a forma de educar através da utilização dos recursos de mídia (câmeras filmadoras, câmeras fotográficas, gravadores de som, computador, etc.). O sucesso do programa é evidente uma vez que crianças e adolescentes se fascinam com o mundo digital, e podem, com o programa, estender suas técnicas de produção de filmes e edições de imagens, o que já fazem com certa desenvoltura. O programa se inicia a partir de manifestações voluntárias dentro das próprias escolas com a Rádio Escolar e em 2004 surge o Programa “Educom.Rádio”. Este programa fez parte do curso de extensão universitária sobre práticas educativas através da linguagem radiofônica, promovido junto às escolas de Ensino Médio da região Centro-Oeste. O mesmo foi implantado pela SEDUC/MT, o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade de São Paulo (USP) e teve como objetivo utilizar o meio de comunicação como ferramenta pedagógica nas salas de aula. Assim, 20 escolas iniciam um trabalho piloto para implementação de Rádios dentro da escola. Em 2008 a Lei Estadual nº 8.889/08 dispôs sobre a implantação do programa Rádio Escola Independente na rede estadual de ensino. **Assim surge o Programa Educomunicação que em 2016 atende 127 escolas em todo o estado de Mato Grosso liberando 10 horas de contrato para um Professor Educomunicador.** OBJETIVOS Este programa tem como objetivo ampliar o coeficiente comunicativo das atividades educativas. **Ajudar na competência do manejo das tecnologias da informação e da comunicação visando à humanização das práticas educativas e do exercício da cidadania. Visa garantir a oportunidade de expressão para toda a comunidade, através de processos de compartilhamento de experiências. O programa é um grande campo de pesquisa, reflexão e intervenção social, cujos objetivos se tornam transdisciplinares. São criados espaços abertos para toda a comunidade escolar sentar, dialogar e discutir os problemas da escola, da comunidade, do município, do estado e do país, de forma franca, usando recursos tecnológicos para potencializar essas relações. É um ambiente propício à democracia participativa e a integração social. É a busca da descentralização de vozes, do diálogo, da interatividade, visando equilíbrio e harmonia dentro da diversidade, para um ambiente saudável comunicacional, através de fluxos comunicativos positivos.** O programa se justifica pela prioridade que se dá ao protagonismo juvenil, que é a participação do jovem, como ator principal, na criação e no desenvolvimento de projetos. A participação dos jovens ocorre de forma autêntica e democrática respeitando e criando diálogos. Assim, os jovens se envolvem em questões sociais e trabalham juntos para construir uma sociedade mais igualitária e menos opressiva, buscando soluções para a educação, para os recursos educacionais, para corrupção, etc. Esse protagonismo juvenil ajuda a desenvolver a voz ativa dos estudantes para lutar por justiça social, transformando a sociedade em uma democracia menos opressiva e mais igualitária. ÁREAS ATENDIDAS A Rádio Escolar está maioria das escolas com

o programa, porém outras atividades são realizadas concomitantemente com a rádio. A escola geralmente escolhe de 2 a 4 atividades para trabalhar, como: ambiente de redes sociais; fotografia; histórias em quadrinhos; jornal escolar; rádio escolar; robótica educacional; tecnologias educacionais e vídeo; PROFESSOR EDUCOMUNICADOR O profissional a ser atribuído no Programa Educomunicação deverá: ser professor efetivo e/ou estabilizado, com Licenciatura ou Bacharelado nas áreas que compõem as atividades do programa, devendo demonstrar habilidades para desenvolver a função pretendida, com jornada de trabalho de 10 (dez) horas/aulas semanais, desenvolvendo as oficinas temáticas de mídias escolares com estudantes. As horas do programa podem acontecer em dois turnos. São deveres do Professor Educomunicador: 1. Planejar as Atividades do Programa em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola; 2. Articular e dialogar com os professores das demais disciplinas da unidade escolar, de forma a promover a integração pedagógica e contribuir na aprendizagem do aluno; 3. Cumprir a carga horária de sua atribuição nos tempos e espaços definidos em conjunto com a Coordenação Pedagógica; 4. Zelar pelo patrimônio da escola/pública e demais instrumentos, equipamentos e materiais utilizados em regime de empréstimo entre a escola e parceiro(s). 5. Elaborar o Relatório do Programa (final de ano letivo), com zelo, compromisso e responsabilidade e encaminhar para o Núcleo de Projetos Educacionais. O professor Educomunicador deve ser alguém que esteja preparado para ser uma espécie de gestor de comunicação dentro da escola. Isso é, um profissional que conheça as práticas educativas, o mundo da produção midiática e o uso das tecnologias. A carga horária do programa Educomunicação destinada ao professor é de 10 horas semanais. Essas horas podem ser 10 horas adicionais (se carga horária do professor permitir) ou adicionar o programa dentro da sua própria carga horária, ficando 10 horas com o programa, 10 horas em sala de aula e 10 horas-atividade. A prioridade deve ser dada ao professor efetivo, porém, na falta de professor efetivo, deve-se oportunizar aos professores contratados. Esse professor tem que ser formado em uma das áreas que o Programa atende e deve exercer atividades na interface comunicação e educação de caráter interdisciplinar, isso é, deve envolver todas as disciplinas que a escola trabalha. Espera-se deste profissional a habilidade para lidar com conflitos, e a criatividade para encontrar soluções que melhorem os processos de comunicação voltados para a educação e cultura. **COMPETÊNCIA DA EQUIPE GESTORA:** 1. Cumprir os procedimentos estabelecidos em Portaria específica pertinentes ao processo de atribuição do Professor Educomunicador, bem como as Orientações Pedagógicas do Núcleo de Projetos Educacionais-MPE, as Notas Técnicas, as Instruções Normativas e os demais instrumentos legais referentes à execução do Programa Educomunicação; 2. Promover a interação entre o Programa Educomunicação com as áreas do conhecimento; 3. Analisar a participação e o desenvolvimento do aluno nas atividades do Programa, bem como avaliar os reflexos dessa análise no comportamento social e no rendimento escolar nas disciplinas; 4. Organizar em conjunto: Equipe Gestora, CDCE e Professor; as estratégias para a busca de parcerias, patrocínios e apoios (doações de produtos, serviços ou recursos) ao Programa; 5. Avaliar o desempenho do Professor durante o ano letivo, tendo como base as atividades executadas, assiduidade, compromisso com o Programa e elaboração de Relatório das atividades; 6. Apresentar os resultados e fotos do desenvolvimento do Programa ao Núcleo de Projetos Educacionais/SUEB/Seduc-MT, no final do ano letivo e também, quando solicitados. **RECURSOS FINANCEIROS** Para que o professor Educomunicador seja liberado

pela Secretaria, um dos pré-requisitos é que a escola possua os materiais pertinentes à boa execução do programa, sendo assim, essas aquisições são de responsabilidade da escola. **LIBERAÇÃO E ATRIBUIÇÃO:** Com a liberação do cargo a escola fica apta para atribuir o professor. Se o professor não for atribuído em 60 dias, a vaga será remanejada para a próxima escola classificada, perdendo a chance de desenvolver o Programa no mesmo ano. A atribuição será feita por função, sem a necessidade de criação de turmas. (página 90 em diante).